



# **UM CABO VERDE PARA TODOS**



*Janira Hopffer Almada*



**PLATAFORMA DO PAICV PARA AS ELEIÇÕES  
LEGISLATIVAS DE 2021**





# **UM CABO VERDE PARA TODOS**



*Janira Hopffer Almada*



**PLATAFORMA DO PAICV PARA AS ELEIÇÕES  
LEGISLATIVAS DE 2021**



## ÍNDICE

|  |           |
|--|-----------|
| <b>PREFÁCIO</b>  | <b>7</b>  |
| <b>1. INTRODUÇÃO</b>   | <b>9</b>  |
| <b>2. A IX LEGISLATURA (2016-2021): OS ANOS PERDIDOS</b>   | <b>11</b> |
| <b>3. A EMERGÊNCIA DE UM NOVO MUNDO</b>  | <b>14</b> |
| <b>4. UM MOMENTO ÚNICO DE OPORTUNIDADES</b>  | <b>15</b> |
| <b>5. A NOSSA VISÃO: UM CABO VERDE PARA TODOS</b>  | <b>16</b> |
| <b>6. A AGENDA DO PAICV PARA A LEGISLATURA 2021-2026: CONSTRUIR A BASE PARA UMA NOVA<br/>DESCOLAGEM</b>  | <b>18</b> |
| 6.1 Reformar para construir um Estado necessário e de elevado desempenho                                 | <b>18</b> |
| 6.1.1. Reduzir o custo da governação   | <b>19</b> |
| 6.1.2. Garantir uma governação transparente  | <b>20</b> |
| 6.1.3. Promover a governação digital   | <b>21</b> |
| 6.1.4. Reformar o ambiente de negócios   | <b>23</b> |
| 6.2 Investir nas Pessoas   | <b>24</b> |
| 6.2.1. Construir capital humano para o século 21   | <b>25</b> |
| 6.2.2. Contribuir para uma população saudável  | <b>28</b> |
| 6.2.3. Promover uma habitação decente para todos   | <b>30</b> |
| 6.3 Garantir reformas da segurança e da justiça  | <b>31</b> |
| 6.3.1. Garantir a segurança para todos   | <b>31</b> |
| 6.3.2. Reforma macro   | <b>32</b> |
| 6.3.3. Reforma micro   | <b>32</b> |
| 6.3.4. Justiça para Todos  | <b>33</b> |
| 6.4 Materializar um Novo Ciclo para as TICs e Telecomunicações   | <b>35</b> |
| 6.4.1. Agilizar a governança e facilitar a regulação das telecomunicações: em direção à economia digital | <b>36</b> |
| 6.4.2. Garantir o acesso à banda larga   | <b>37</b> |
| 6.4.3. Promover a cibersegurança   | <b>38</b> |
| 6.5 Construir Infraestruturas  | <b>38</b> |
| 6.5.1. Enfrentar o desafio da energia.   | <b>39</b> |
| 6.5.2. Vencer o desafio de mobilização da água   | <b>40</b> |
| 6.5.3. Unificar o país com transportes eficientes  | <b>41</b> |
| 6.5.3.1. Reconstruir o setor de transporte aéreo   | <b>41</b> |
| 6.5.3.2. Reconstruir o setor marítimo  | <b>42</b> |
| <b>7. A NOSSA AGENDA PARA A LEGISLATURA 2021-2026: EMPREENDER MUDANÇAS ESTRUTURAIS</b>                   | <b>43</b> |
| 7.1 Modernizar o Sector e edificar uma Nova Agricultura  | <b>44</b> |
| 7.1.1. Uma Empresarialização necessária  | <b>44</b> |
| 7.1.2. Edificar uma nova agricultura   | <b>45</b> |
| 7.2 Construir uma Economia do Conhecimento   | <b>47</b> |
| 7.2.1. Impulsionar startups inovadoras   | <b>48</b> |
| 7.2.2. Lançar a Startup Cabo Verde   | <b>48</b> |
| 7.2.3. Desenvolver o Projeto Nacional de Outsourcing   | <b>49</b> |

|   |           |
|---|-----------|
| 7.2.4. Atrair empresas de ciência e tecnologia para Cabo Verde                                  | 49        |
| 7.2.5. Especializar-se em eventos de ciência, tecnologia e inovação de pequena e média dimensão | 49        |
| 7.2.6. Apostar nas Economias Criativas  | 49        |
| 7.3 Vencer o desafio de Criar um Novo Turismo   | 51        |
| 7.3.1. Formular um novo plano-diretor do turismo  | 52        |
| 7.3.2. Rever e reformar o ambiente institucional  | 52        |
| 7.3.3. Apostar em reuniões, incentivos, conferências e exposições (MICE)                        | 52        |
| 7.3.4. Desenvolver novas abordagens de marketing  | 52        |
| 7.3.5. Aumentar o valor acrescentado nacional   | 53        |
| 7.4 Construir um Cluster de Mar e Pesca   | 53        |
| 7.4.1. Construir um Centro de Pesca   | 54        |
| 7.4.2. Reforçar os subsetores existentes - cruzeiro, construção naval e transbordo              | 55        |
| 7.4.3. Desenvolver novas atividades económicas ligadas ao Mar                                   | 56        |
| <b>8. A NOSSA AGENDA PARA A LEGISLATURA 2021-2026: ENFRENTANDO AS QUESTÕES TRANSVERSAIS</b>     | <b>57</b> |
| 8.1 Promover a igualdade de género  | 58        |
| 8.2 Apoiar o desenvolvimento dos Jovens   | 59        |
| 8.3 Melhorar a gestão territorial a nível nacional e municipal                                  | 59        |
| 8.4 Construir uma Nação desportiva  | 61        |
| 8.5 Proteger o nosso meio ambiente  | 62        |
| 8.6 Garantir a Independência da Comunicação Social e reforçar a Democracia                      | 63        |
| 8.7 Assegurar o financiamento do desenvolvimento  | 64        |
| 8.8 Promover a diplomacia económica como o núcleo das nossas relações externas                  | 66        |
| 8.9 Promover e valorizar a Nação Global   | 67        |
| 8.10 Encorajar mais investimentos da Diáspora   | 69        |
| <b>9. LIDAR COM A COVID-19</b>  | <b>70</b> |

## **PREFÁCIO**

**Caras Cabo-verdianas e Caros Cabo-verdianos,**

**Cidadãs e Cidadãos,**

**No País e na Diáspora,**

Todos nós aspiramos um País melhor para os nossos filhos, para nós próprios e para as gentes da nossa Terra.

Eu tenho acompanhado, com especial atenção, o esforço e os sacrifícios de todos (as) os (as) cabo-verdianos (as) e sinto que cada um (a) de Vós, a quem me dirijo neste momento, dá o melhor de si, todos os dias, para que o País melhore e para que a vida em sociedade seja mais equilibrada, mais justa e mais integrada.

Acreditem que Vocês e o exemplo da vossa luta são a minha motivação. E Cabo Verde é a causa maior da minha luta.

E é exactamente isso que nos une, de forma indissolúvel!

Por isso, venho aqui, em meu nome próprio e no do Partido que tenho a honra de liderar, o PAICV, pedir-vos que juntemos as mãos para, todos juntos, construirmos um Cabo Verde melhor, o que convencionamos chamar de **“UM CABO VERDE PARA TODOS”**.

Eu sei que, assim como eu, também V. custa ver a nossa agricultura a regredir, as pescas a serem abandonadas e as ligações inter-ilhas a ficarem cada vez mais difíceis e caras.

Eu sinto que a nossa juventude está profundamente desiludida pelas promessas falsas que lhe foram feitas e que os professores se sentem desapontados com a falta de clareza de orientação na condução do setor educativo.

Por falar com muitos de vós, nas minhas deslocações pelo País e pela Diáspora, ouço o V. desencanto, que também é meu, acerca da partidarização da comunicação social e da administração pública. Eu sei que V. dói assistir à forma como a nossa Diplomacia foi conduzida, com claros impactos negativos na nossa credibilidade, que tanto custou a construir.

Eu sei que V. preocupa a gestão da coisa pública sem rigor e sem transparência, a ponto de ninguém saber ao certo as condições em que foram privatizadas empresas que são património de todos nós.

Se invoco isso, não é para nos amargurarmos. É para V. garantir que, estando consciente da realidade e das dificuldades, acredito que temos condições para enfrentar os desafios e conquistar o futuro, assumindo o presente com coragem e responsabilidade, e construindo o futuro com optimismo, perseverança e determinação.

O que V. proponho é que acreditemos juntos, e, com uma forte motivação, trabalhemos, de mãos dadas e conjugando os esforços, para construirmos, na nossa Terra, a Terra com que todos nós sonhamos.

Tenho e alimento uma forte convicção que este País só concretizará o seu sonho se conseguir mobilizar a participação de todos os seus filhos, estabelecendo as prioridades e garantindo uma justa e criteriosa utilização dos recursos públicos, que são escassos.

Os desafios são enormes, mas a nossa vontade de enfrentá-los e vencê-los é ainda maior, porque este é o momento de, mais do que anunciar o nosso patriotismo, demonstrar, sem titubear, o nosso amor profundo a estas leiras de Terra vaticinado por António Nunes.

Nesta Plataforma, encontrarão, em linhas gerais, o essencial das nossas propostas para alcançarmos esse sonho: o Cabo Verde que todos merecemos e com o qual sonhamos!

Renovamos a nossa ambição de construir, convosco, **UM CABO VERDE PARA TODOS**, pois é preciso voltar a ter orgulho da nossa História e do nosso percurso, das nossas conquistas e dos nossos feitos, enquanto Povo e como Nação.

É preciso que voltemos a acreditar num País próspero, inclusivo, justo e com oportunidades partilhadas por todos, onde todos tenham vez e voz e possam, também, participar com dignidade.

Eu sou **JANIRA HOPFER ALMADA!** Sou Candidata a Deputada e ao honroso Cargo de Primeira-Ministra, porque acredito no meu País e em cada um de Vós, e quero cumprir a minha missão de prestar serviço público ao meu Povo!

Acredito!

E escolho **UM CABO VERDE PARA TODOS!**

*Janira Hopffer Almada*





## 1. INTRODUÇÃO

O Governo nos últimos cinco anos trabalhou sem uma agenda para a Nação. O que vimos, nos últimos cinco anos, foi um governo que parece mover-se ao sabor do vento, sem um sentido de propósito ou agenda claramente estabelecida para o futuro de Cabo Verde. Um governo sem uma visão consistente do mundo, sem UMA estratégia abrangente para melhorar a vida de todos os cabo-verdianos e vendendo ilusões no fim do mandato.

Porém, Cabo Verde está num mundo em rápida mudança. O mundo emergente apresenta enormes desafios, mas, também, oportunidades, para nações como a nossa. Embora essas tendências estejam a influenciar o futuro do mundo, há sinais de que imprevistos poderão criar o caos, assim como a pandemia o fez desde 2020. A crise da saúde global, causada pela COVID-19, também se tornou uma crise económica e social, com implicações significativas para o desenvolvimento humano, a desigualdade e a pobreza.

A história cabo-verdiana demonstra que tudo é possível. Ao construir uma Nação que muitos intelectuais e especialistas da época consideravam não ser viável, os cabo-verdianos mostraram que tudo é possível, apesar das condições iniciais. Como tal, a crise atual representa, também, uma oportunidade para reavaliar a nossa situação, repensar um novo futuro e traçar um novo e ousado rumo, para construir um Cabo Verde Para Todos, que seja mais próspero, mais inclusivo e com oportunidades partilhadas por todos.

Desde a independência e apesar de ter partido do nada, a Nação articulou uma agenda de construção de um Estado com credibilidade aos olhos do mundo e dos cabo-verdianos, capaz de erradicar a fome e a desnutrição e de iniciar o processo de construção da sua capacidade produtiva. No final da década de 80, os líderes cabo-verdianos perceberam a necessidade de um novo rumo, com mais liberdade e mais setor privado. O resultado foi a abertura política e da economia de mercado.

Em 2002-2003, foi construída, com a sociedade, uma nova visão de transformação sócio-económica, centrada no aproveitamento da localização geo-estratégica de Cabo Verde, para que o país se tornasse um Pólo internacional de serviços de alto valor acrescentado. Em muitas frentes, foi um sucesso retumbante e Cabo Verde transformou-se em muitas áreas, enquanto em outras, lançou sementes para mudanças futuras. O PIB per capita mais do que triplicou num período de 15 anos, apesar das crises internacionais e anos de seca; a pobreza diminuiu substancialmente; o turismo desenvolveu-se e alcançou um crescimento anual de dois dígitos durante mais de uma década.

Enquanto Nação, podemos, assim como fizemos no passado, superar os desafios atuais e construir um Cabo Verde que seja para todos. Mas, precisamos de uma verdadeira Agenda e de um verdadeiro Compromisso para a mudança e transformação estruturais.

Alcançar a nossa visão para o futuro exigirá políticas inteligentes e intervenções estratégicas. O plano do PAICV é atuar a dois níveis: o primeiro, construindo as bases de um Cabo Verde Para Todos, e o segundo, empreendendo mudanças estruturais e desenvolvendo novos setores industriais e de serviços.

Ao mesmo tempo, o Governo deverá enfrentar vários desafios transversais e importantes para a concretização da Agenda “Cabo Verde para Todos”, incluindo a elevação da qualidade e do padrão de vida de todos e a inclusão social.

O Programa UM CABO VERDE PARA TODOS visa fazer de cada cabo-verdiano, independentemente das suas origens e condições sociais, um ator de desenvolvimento, engajado e, com o seu trabalho e as suas opiniões, contribuir para a criação de riqueza e para o desenvolvimento do país. Isto pressupõe que estejam de boa saúde, que tenham recebido uma boa educação e formação de acordo com as suas vocações e as necessidades do mercado de trabalho, que estejam imbuídos de valores nacionais e que as suas competências sejam valorizadas na sociedade.

O programa UM CABO VERDE PARA TODOS é ambicioso, mas responde com precisão e eficácia, às atuais preocupações do nosso país e do nosso povo e dá mais esperança, mais confiança e, acima de tudo, mais dignidade aos Cabo-Verdianos. Nenhum cabo-verdiano, onde quer que esteja, quaisquer que sejam as suas opiniões, será esquecido.

## **2. A IX LEGISLATURA (2016-2021): OS ANOS PERDIDOS**

As ações do governo durante esta legislatura colocaram o nosso futuro coletivo em risco e fizeram atrasar o nosso processo de desenvolvimento. Na ausência de uma agenda mobilizadora, o governo da IX Legislatura esteve focado em destruir o que o anterior havia feito. Com tal atitude, o Governo bloqueou, ou relegou ao esquecimento, muitos projetos estruturantes encontrados, as reformas do Estado e da administração pública ficaram suspensas e Cabo Verde perdeu 5 importantes anos do seu processo de desenvolvimento. Embora o Governo venha culpando a Pandemia da COVID-19 pelo seu não desempenho, deve ficar claro, para todos os cabo-verdianos, que a Pandemia só atingiu Cabo Verde em 2020 e que a paralisação resultante teve início no final de Março de 2020. Nessa altura, já haviam sido perdidos 4 anos - desde 2016. Essencialmente, durante cinco anos, o que os Cabo-Verdianos viram foi um governo sem agenda de desenvolvimento, a remar ao sabor da maré.

O governo poderia ter continuado com as reformas para melhorar o desempenho das instituições do Estado. Mas preferiu desmantelar uma série de instituições de apoio ao setor empresarial encontradas. Entre estas incluem-se a ADEI, a Promotora, o Novo Banco e a Cabo Verde Garante. Para algumas, foram criadas pretensas novas estruturas, como a ProEmpresa, a ProCapital e a ProGarante. As únicas realizações foram, essencialmente, criar confusão e desviar recursos. O processo de acabar com o que já existia para criar novas instituições, com novos nomes, para um país como Cabo Verde, com limitações de recursos, simplesmente não faz sentido e não podia dar resultados.

Ao mesmo tempo, foram afastados vários funcionários públicos dos Ministérios e Institutos. Funcionários públicos qualificados e experientes foram colocados na “prateleira” e substituídos por quadros inexperientes próximos do partido que sustenta o Governo. Como resultado, memórias institucionais valiosas foram perdidas. Deixou de ser possível na Administração Pública dizer o que se pensa e, muito menos, dar opiniões técnicas sem medo de perder o emprego ou ser marginalizado. O sector privado passou a ser acusado de incompetência, quando o problema reside na falta de capacidade de auscultação e diálogo, e de acesso ao capital, este último, um do desafio estrutural, e que temos que encontrar uma solução, em concertação com a classe. Hoje, tudo está politizado e as pessoas deixaram de acreditar no sistema político. Por isso, não se registou, em cinco anos, qualquer progresso significativo.

Não podemos continuar assim! O futuro da Nação está em jogo. Devemos ter normas. Para que a democracia dê frutos, devemos promover o desenvolvimento contínuo das nossas instituições, que são a pedra-angular de uma transformação estrutural sustentada. A descontinuidade originou uma séria crise em Cabo Verde, induzida politicamente por este governo. Em linguagem futebolística, este foi um desnecessário autogolo.

A nível da infraestruturização do País, e, não obstante o aumento da dívida nacional, não vislumbramos nenhum novo projeto estrutural proposto ou implementado. Todos os principais projetos de infraestrutura em curso, prestes a serem concluídos durante a IX Legislatura (2016-2021), datam do governo anterior, liderado pelo PAICV. Ao contrário, projetos que já se encontravam em fase de contratação, em 2016, foram simplesmente cancelados, sob o falso argumento de que o governo tinha uma estratégia nova e diferente. Foram os casos dos projetos de concessão dos portos da Praia e do Mindelo e da Cabnave. Um novo processo de concessão dos portos foi iniciado em 2019, exatamente com a mesma estratégia dos processos que haviam sido cancelados com a mesma empresa de consultoria para apoiar o Governo. Vários anos foram perdidos além da perda de recursos (o financiamento para o primeiro processo, sob liderança do governo do PAICV, era garantido por doações do Banco Africano de Desenvolvimento e do Fundo de Investimento para o Clima, enquanto o novo processo foi financiado com recurso a empréstimos). É só uma prova da incompetência deste Governo da IX Legislatura.

O Governo parece não ter uma agenda ou plano claros, para continuar a modernizar a infraestrutura do País, o que poderia ser a base do arranque económico. Em consequência disto, começamos a notar cortes de energia e falta de água em algumas partes do país. Os transportes são problemáticos e todo o setor tem sido mal gerido, seja o aéreo seja o marítimo.

Cabo Verde enfrenta desafios estruturais, devido ao seu tamanho diminuto e à sua dispersão territorial. Isso faz com que a disponibilidade de infraestruturas seja um desafio crítico, que deve ser enfrentado com determinação e estratégias sólidas. As duas ações significativas do governo - seja a privatização da companhia aérea nacional, seja a concessão do transporte marítimo inter-ilhas - fracassaram. As decisões e a abordagem do atual governo não funcionaram e, provavelmente, não funcionarão.

Em relação aos TACV, que foi a pedra-de-toque da campanha política feita em 2016, a nossa companhia aérea nacional está hoje numa posição pior, por falta de visão e menosprezo pelo que foi feito antes, e não decorrente dos efeitos da COVID 19. O processo de reestruturação e recapitalização da companhia aérea estava em curso em 2016. Mas, como noutros setores, abandonaram o processo para recomeçar tudo de novo. Entre as decisões descabidas está o abandono dos voos domésticos e o pagamento de milhões de euros para devolver as aeronaves alugadas para as rotas domésticas e regionais e a venda de 51% da Cabo Verde Airlines por cerca de 48 mil contos, que, até hoje, não foram pagos. Entretanto, o governo continua a injetar dinheiro público na Cabo Verde Airlines. O resultado: mais uma vez, Cabo Verde perdeu tempo e dinheiro.

No setor aéreo, o Governo planeia, em segredo e nas vésperas das eleições, vender a Cabo Verde Handling e a ASA, ambos ativos importantes do país. Porque é que um Governo espera até à véspera de uma eleição nacional para iniciar discussões secretas

sobre a venda de ativos nacionais? E, se a CV Handling tem que ser privatizada, porque não abrir a participação a investidores nacionais? Porque vender a ASA, outra entidade que gere o tráfego aéreo e gera uma receita substancial para o nosso País?

Da mesma forma, o Governo cancelou o processo de subconcessão dos transportes marítimos inter-ilhas a um consórcio de empresas nacionais para concessionar a uma empresa estrangeira que não participou das negociações iniciais e sem licitação. O resultado hoje é que o transporte marítimo inter-ilhas piorou, devido às más decisões do governo, e o setor privado nacional foi mais uma vez subalternizado.

A maioria, senão todas as nossas empresas, enfrentam sérios desafios económicos e os fundos de investimento ou de capital de risco não estão disponíveis. Mesmo a ProCapital, criada após cerca de 4 anos, provavelmente gastou mais pagando por escritórios, carros para membros da direção e salários, do que em investimento direcionado às empresas. Entretanto, fomos informados, ainda antes da pandemia da COVID-19, que o financiamento já não era um desafio para Cabo Verde. Na verdade, foi dito aos cabo-verdianos que o problema era o excesso de liquidez. O governo tem mostrado constantemente aversão em apoiar ou encorajar empresários e empresas nacionais. Os seus discursos e ações demonstram menosprezo.

O facto é que a situação nos últimos cinco anos piorou em vez de melhorar em muitos aspetos ao mesmo tempo que o governo reivindica alta taxa de crescimento. Mas a pergunta a fazer é: de onde vem o crescimento, para quem e de que qualidade? Convém lembrar-lhes que embora o crescimento seja importante, só ele não pode “contar toda a história”. A questão é a qualidade desse crescimento e sua distribuição equitativa em benefício de todos, com impacto positivo na vida de todos os cabo-verdianos. A prova é que, não obstante um crescimento menos forte, de acordo com o Banco Mundial, entre 2001 e 2015, a pobreza extrema foi reduzida em 67%. O Banco Mundial indicou, ainda, que Cabo Verde foi campeão mundial na redução da pobreza nesse período.

Então, o que é que os cabo-verdianos preferem: crescimento para poucos ou crescimento que afeta positivamente a vida a maioria das pessoas? O facto é que, face a uma estratégia errada, nos últimos 5 anos, não houve um crescimento inclusivo, um crescimento de base ampla, um crescimento que beneficiasse a todos.

Relativamente à política externa, há um grande desnorte, desviando-se claramente da estratégia de neutralidade, cuidadosamente elaborada e implementada, na defesa intransigente do interesse nacional e em parceria com países que nos ajudaram a alcançar os nossos objetivos. Em cinco anos, a grande conquista de equidistância entre os vários poderes que dominem o mundo está sob ameaça e será sacrificada, se não mudarmos o regime atual.

O que temos é um governo sem agenda nacional. O governo não conseguiu “elevar a fasquia”, de modo a levar a nação para o patamar seguinte. Na verdade, Cabo Verde estagnou. A dívida nacional, da qual tanto reclamaram em 2016, explodiu. O desemprego e o sub-emprego atingiram novos máximos, flagelando, ainda mais, a camada jovem.

É hora de construir UM CABO VERDE PARA TODOS. Isso exigirá sentido de urgência e a mobilização da Nação Global cabo-verdiana, para construir um novo pacto social e uma agenda para o futuro.

### **3. A EMERGÊNCIA DE UM NOVO MUNDO**

Entre as principais tendências que estão a impulsionar o mundo emergente estão: (i) uma população global a envelhecer rapidamente, (ii) uma nova revolução industrial e tecnológica, (iii) uma globalização frágil num mundo multipolar, (iv) mudanças climáticas e competição por recursos, (v) mudanças nas relações de poder no sistema internacional, (vi) novas arenas de competição estatal, (vii) ameaças ecológicas e (viii) políticas da era da informação.

A pandemia da COVID 19 é um imprevisto do tipo tsunami, que deixou o mundo em estado de desorganização. Isso levou a uma desaceleração económica nunca vista antes e a uma paralisação quase total da indústria do turismo global, bem como à rutura das cadeias de valor globais. O resultado é uma crise económica global que, provavelmente, continuará por algum tempo, de forma semelhante ao impacto da crise financeira global de 2008, que perdurou por muitos anos.

Três megatendências podem ser vislumbradas, a partir do que está a acontecer em todo o mundo. A primeira é um mundo multipolar, caracterizado pela ascensão de novas potências. Este cenário emergente é um mundo que mostra um contexto geo-político confuso. Não é mais o mundo unipolar ou bipolar do passado, mas um mundo com muitos centros de poder e crescentes competições por alianças e liderança entre os vários centros.

A segunda megatendência é uma aceleração das transformações tecnológicas, impulsionada por empresas globais. Este é o mundo das economias de plataforma, com muitos setores impulsionados e controlados por monopólios globais de tecnologia. Isso faz prever um crescimento ainda mais rápido das economias de plataforma, com alguns monopólios controlando a economia global. A competição global assume uma nova dimensão, com os países alinhados por trás dos seus monopólios, na procura de mercados. O resultado é um “colonialismo” digital e uma nova “guerra fria” impulsionada pela tecnologia, à medida que as nações procuram poder e vantagem tecnológica através das suas empresas, com cada uma construindo e controlando a sua própria infraestrutura digital e as suas bases de dados.

A terceira megatendência é a tomada de consciência que o nosso planeta corre um risco se a Humanidade não se preocupar em criar futuros sustentáveis, um mundo onde a cooperação e colaboração globais se fortalecem e onde as mudanças climáticas e as ameaças ecológicas se tornaram um incentivo para a colaboração global e para uma evolução tecnológica sustentável. O resultado é um novo paradigma global, com ênfase no multilateralismo, cooperação global, tecnologia open source e inovações abertas e acessíveis a todos, para resolver os maiores problemas que a humanidade enfrenta, as mudanças climáticas e as ameaças ecológicas. Contudo, se as potências industriais não forem capazes de colaborar e abrandar as alterações climáticas globais, existe um potencial de impacto catastrófico nos PEID e outros países em desenvolvimento, devido aos impactos resultantes na agricultura global e na produção alimentar, recursos hídricos e subida do nível do mar.

Entretanto, a Nação deve continuar a lidar com os impactos do elevado nível de vulnerabilidades a choques externos e crises internacionais, com o carácter estrutural do desemprego em Cabo Verde, as alterações climáticas, a crescente imprevisibilidade dos seus efeitos bem como com os altos custos da insularidade.

#### **4. UM MOMENTO ÚNICO DE OPORTUNIDADES**

Enquanto os desafios aumentam, Cabo Verde também tem que lidar com uma nova realidade. As inovações tecnológicas estão a ocorrer a um ritmo acelerado e as suas implicações para a competitividade nacional são claras. Da inteligência artificial, IoT (internet das coisas), bio-economia, informática sem servidor, biométricas, AR (realidade aumentada), VR (realidade virtual), block chain, robótica, NLP (processamento de linguagem natural), à informática quântica, o mundo está em mudanças tecnológicas radicais e contínuas.

Como poderá ser o futuro Cabo Verde neste novo Mundo? Há muita coisa que uma pequena Nação insular, que é dependente do exterior, não pode controlar. Mas, podemos controlar as nossas aspirações e a nossa visão sobre que tipo de sociedade queremos criar, para onde queremos ir, e como podemos enfrentar melhor os desafios e oportunidades que se nos apresentam. Mas, os contornos do futuro serão moldados agora, diretamente a partir das ambições que os cabo-verdianos tiverem para si próprios como Nação. Cabo Verde deve aproveitar a atual crise e o desejo das potências globais de enfrentarem os seus próprios desafios internos, para redefinir a sua agenda futura.

O objetivo do PAICV, o partido da independência e da transformação nacional, é responder com ousadia, partindo das ambições dos cabo-verdianos, quer no país, quer na diáspora, gerir de forma criativa os desafios que o nosso País enfrenta, para que possa surgir uma Nação cabo-verdiana fortalecida nos próximos anos e décadas, como um exemplo em África e no mundo, construindo uma Nação sustentável que funcione para todos. Para

um País como Cabo Verde, altamente dependente do turismo, que enfrenta variações climáticas extremas, de dimensão micro e arquipelágica, o status quo não é uma opção, visto que o mundo emergente coloca novos desafios. Enquanto Nação, devemos, portanto, procurar fazer mudanças com um elevado sentido de urgência. Cabo Verde deve estar preparado para dar um salto qualitativo para um novo patamar.

## 5. A NOSSA VISÃO: UM CABO VERDE PARA TODOS

Cabo Verde tem recursos naturais limitados e não pode dar-se ao luxo de saltar de um extremo para outro, parar e recomeçar do zero, a cada mudança de governo. Não podemos deixar um grande segmento da nossa população para trás. Temos que construir uma visão nacional coesa, na qual todos se reveem, embora possamos divergir na forma como podemos realizá-la. Então, que visão para Cabo Verde?

A nossa visão é de **"Uma nação inclusiva, justa e próspera, com oportunidades para todos"**.



O fim da pobreza, como a conhecemos em Cabo Verde, é um elemento-chave da nossa visão de futuro. Isso exigirá a criação de empregos bem remunerados e com oportunidade de participação ativa na economia, ao mesmo tempo que se implementam políticas públicas e programas de inclusão para os excluídos ou em risco de exclusão. Na era dos objetivos de desenvolvimento sustentável/ODS que desafiam o mundo nos domínios essenciais do planeta, a nossa agenda de desenvolvimento tem de ser voltada para as pessoas, porque investir nas pessoas será a forma de melhorar a qualidade e o padrão de vida de todos. Isso exigirá que todos tenham



acesso à educação de qualidade, a cuidados de saúde de qualidade e a infraestrutura de qualidade, em suma, acesso à melhoria do seu bem-estar.

Outras âncoras, para concretizar esta visão, incluem a construção de uma nova filosofia, com ênfase numa forte ética, cultura de reformas, resultados, criatividade e inovação. Cabo Verde também precisará reavaliar o seu ambiente de negócios e empreender reformas estruturais profundas e amplas. A chave é consistência e um objetivo nacional partilhado de entrar no clube das nações desenvolvidas. Adotaremos e usaremos tecnologias de informação para atingir objetivos críticos. Devemos, também, garantir que construímos vantagens competitivas em serviços ligados ao conhecimento, como base para a construção de uma economia voltada para a exportação. Outro elemento é o equilíbrio macroeconómico. Estaremos focados em garantir maiores taxas de poupança, em aumentar a eficiência e eficácia dos gastos do governo e em melhorar, significativamente, a administração tributária.

Tornar realidade a nossa visão de futuro exige o aproveitamento do que temos em abundância: o mar e a localização estratégica. Exigirá contar com o nosso povo, com inovação e adoção de abordagens inteligentes para o desenvolvimento. Precisamos de mudanças estruturais e teremos como referência os melhores do mundo em algumas áreas de interesse. Para isso, devemos definir cuidadosamente as prioridades nacionais, para garantir que tudo o que fazemos, enquanto Nação, seja parte do caminho para o futuro desejado.

Efetuar mudanças estruturais e construir novas indústrias baseadas em serviços exige que construamos polos de crescimento regionais. Todas as nossas ilhas são únicas e podem ser facilmente classificadas em três grupos. Devemos aproveitar essa realidade geográfica para criar polos de crescimento. Espera-se que cada grupo se especialize em atividades económicas ajustadas ao seu contexto e nas quais possa construir vantagem competitiva. Tudo isso será sustentado por uma política industrial bem pensada. Cabo Verde não pode ser uma grande economia industrial; não temos uma grande dimensão da força de trabalho, nem podemos competir com base na mão-de-obra barata. Não é do nosso interesse. O nosso objetivo é competir no segmento de alto nível das cadeias de valor globais, o que requer profissionais altamente capacitados, com boa remuneração. A nossa estratégia de serviços industriais irá identificar e definir nichos e formular estratégias e planos de ação, incluindo a construção de capacidade institucional. O objetivo será o governo atuar como catalisador e fornecer suporte às nossas empresas para que possam competir no mercado global.

Devemos construir um novo Pacto Social. Promoveremos uma grande discussão, com envolvimento da Nação cabo-verdiana global. O nosso foco será alcançar um Pacto Social e envolver todos os stakeholders, incluindo Trabalhadores, Setor Privado, Setor Público, Partidos Políticos e a Sociedade Civil. Devemos construir uma Nação coesa e um consenso nacional sobre um conjunto de objetivos nacionais.

## 6. A AGENDA DO PAICV PARA A LEGISLATURA 2021-2026: CONSTRUIR A BASE PARA UMA NOVA DESCOLAGEM

Para realizar a nossa visão, o PAICV tem uma agenda abrangente, que propugna construir **UM CABO VERDE PARA TODOS**.

Ao nível de construção das bases de Um Cabo Verde Para Todos, as intervenções do Governo do PAICV incidirão nas áreas centrais que servirão de base ou alicerces para uma nova descolagem de Cabo Verde, que nos permitirá, como Nação, enfrentar de forma inteligente os nossos desafios intrínsecos e globais e aproveitar estrategicamente as oportunidades, garantindo que todos têm oportunidades iguais nesse Cabo Verde que, juntos, construiremos.



### 6.1 Reformar para construir um Estado necessário e de elevado desempenho

Com vista à devolução de poderes a pessoas coletivas territoriais dotadas de órgãos representativos, para a cabal prossecução de interesses próprios das populações respetivas, propomos um amplo debate nacional, visando uma grande redistribuição do poder, devendo em todos os cabo-verdianos prevalecer a convicção de que a mesma é imprescindível ao processo de desenvolvimento do País nas suas ilhas, e, desde o início, se recusando uma visão que oponha a administração central às regiões e ao poder local.

Esta redistribuição do poder tem a seu favor a aproximação dos cidadãos aos centros de decisão e uma maior participação na definição e construção do seu futuro, tendo assim componentes de maior equilíbrio no desenvolvimento, desconcentração e descentralização.

Entende-se, assim, ser necessário e fundamental instituir as Regiões Administrativas, que, como órgãos de poder político, administrativo e de gestão territorial, promovem o desenvolvimento integrado regional, em colaboração com os municípios e com a administração central, tendo em conta os interesses e as necessidades das populações e a realidade ecológica, condição indispensável para garantir a perenidade da vida, a dignificação da cultura e da personalidade das comunidades regionais.

Esta Reforma, que queremos que seja consensual, justifica-se pelo fato do nível municipal não ser o mais adequado para o planeamento económico, para a ação económica e para a coordenação das intervenções da Administração. Ao mesmo tempo, se constata que uma gestão centralizada de recursos é, nas condições atuais, reconhecidamente ineficaz e incapaz de conduzir a uma atenuação das profundas disparidades e desequilíbrios regionais.

Por isso, a nossa proposta de criação das Regiões Administrativas, não consubstancia uma forma de interferência do poder central no poder municipal, porquanto o respetivo processo de criação coincide com uma reforma do Estado, marcada por uma efetiva vontade descentralizadora que, garantindo a unidade da soberania, procura a aproximação da Administração e os administrados.

Este processo de regionalização deve ser enquadrado e antecedido por uma ampla Reforma do Estado, que implique, necessariamente, o redimensionamento do setor público (Administração Direta, Indireta e Autónoma) e uma racionalização dos gastos públicos, incluindo a redução dos custos da Administração Central e do número de Deputados Nacionais.

O nosso objetivo é melhorar o desempenho do Estado e aumentar a sua capacidade de cumprir a agenda de desenvolvimento nacional, para construir um futuro melhor para todos. Isso exigirá a construção de um Estado que seja mais ágil, eficiente e eficaz na governação, a adequação dos órgãos do Estado, uma administração pública de elevado desempenho, além da garantia de total transparência e responsabilização. Um elemento crítico do esforço deve incluir a redução do custo do Estado em relação ao PIB nacional. Entre as ações específicas a serem realizadas por um governo liderado pelo PAICV, incluem-se:

#### **6.1.1. Reduzir o custo da governação**

Uma característica crítica de Cabo Verde hoje é a qualidade da sua democracia. Contudo, o peso e o custo da governação aumentaram substancialmente. O objetivo final é fortalecer a nossa democracia, aproximar os governos das pessoas e também satisfazer as necessidades da população. Contudo, o nosso governo (a todos os níveis) é muito pesado e o custo é um fardo para o país. Há necessidade de racionalização e, como tal, a reforma do Estado é uma das principais prioridades do PAICV. Queremos reduzir o tamanho e os custos e tornar o Estado mais eficiente e eficaz. As ações específicas a serem tomadas nesse sentido incluirão:

**Reduzir o número de cargos do Governo.** O governo cresceu ao longo dos anos. Apesar das promessas deste governo de limitar o número de cargos, fez o oposto. Não existe um número mágico, mas existe a necessidade de realinhamento do governo com as questões que Cabo Verde enfrenta, para que cada instituto ou ministério tenha uma finalidade e um objetivo declarados. A nossa aposta é reduzir o número de cargos governamentais e reconfigurar a esfera executiva.

**Reduzir o número de agências.** Cabo Verde tem hoje demasiadas agências. Algumas são essencialmente duplicações com uma clara demarcação de papéis e responsabilidades. Tempo para acabar com as duplicações e o desperdício, através da consolidação e promoção de uma visão sistémica de atuação das agências e dos institutos.

**Reduzir o número de deputados na Assembleia Nacional.** A nossa Assembleia Nacional é a Casa do Povo e representa o compromisso da nossa Nação com a forma democrática de governo. Embora a Assembleia Nacional tenha um papel importante a desempenhar, ela não deve representar uma carga de custos desnecessária para os contribuintes. A nossa proposta é reformar a Assembleia Nacional e, também, reduzir o número de deputados. O objetivo é aumentar a sua eficácia e eficiência, reduzindo custos. A nossa agenda de reformas para a Assembleia Nacional será pautada por princípios que valorizam a Assembleia Nacional, reforçam o Estado democrático e a cultura da democracia, ao mesmo tempo que se atenuam os custos.

**Transferir os serviços da administração central para as Regiões.** No relacionamento entre os órgãos do Estado e os órgãos regionais será aplicável o princípio da subsidiariedade, segundo o qual, e fora do âmbito das atribuições exclusivas do Estado, a intervenção pública numa ilha far-se-á, preferencialmente, pela administração regional, por estar mais próxima e mais apta a intervir. A transferência de serviços da administração central para as Regiões deve conjugar-se com a transferência de funções por eles prosseguidas e envolve a afetação do respetivo pessoal aos quadros regionais. Excetuando as esquadras e comandos policiais, os hospitais e centros de saúde, as conservatórias e serviços de registo e os cartórios e serviços de notariado públicos, o Governo regulará a transferência para as Regiões de serviços periféricos afetos ao exercício de funções cometidas às Regiões.

### 6.1.2. Garantir uma governação transparente

Nos últimos cinco anos, Cabo Verde retrocedeu em questões de transparência. A opacidade atingiu novos patamares. Tornou-se rotina que negócios fossem feitos em segredo e sem licitações. O recrutamento para a Administração Pública sem concurso e a adjudicação direta de obras virou-se uma prática corrente. A nossa aposta é acabar com essa prática corrosiva e combater a corrupção. O nosso plano é abrir o Governo e promover maior responsabilização, maior capacidade de resposta e melhores serviços públicos. Entre as intervenções previstas estão:

**Fortalecer e implementar leis de acesso público.** Cabo Verde tem uma lei de informação ao público. No entanto, a lei é mal implementada e a maioria dos cidadãos simplesmente não sabe que a lei existe e qual o seu uso. O nosso plano é fortalecer a lei de acesso à informação e facilitar a sua implementação, educando o público. Promoveremos a sua ampla divulgação pública e trabalharemos com jornalistas e com a sociedade civil sobre a lei.

**Estabelecer um portal online de documentos públicos.** Uma limitação fundamental das leis de acesso público é que o processo de solicitação e resposta do governo pode levar um tempo significativo. O nosso plano é reduzir essa burocracia e criar um modelo de Auto atendimento. Isso envolverá a criação de um portal de documentos públicos para facilitar um modelo de Auto atendimento para acesso a informações públicas. O nosso objetivo é garantir que os funcionários públicos ajam de maneira transparente e que os cidadãos conheçam as decisões que os funcionários públicos tomam sobre questões públicas. Todos os contratos e concessões públicos estarão disponíveis para consulta pública.

**Aumentar a transparência na gestão das finanças públicas.** Uma ferramenta crítica que tem mantido a corrupção sob controlo a nível nacional é o premiado sistema de gestão financeira de informações públicas, o SIGOF, desenvolvido no governo anterior do PAICV. No entanto, a plataforma é usada apenas a nível do governo. É fundamental trazermos todos os órgãos do Estado, incluindo a Presidência, a Assembleia Nacional, os Municípios e as agências estatais independentes, sob cobertura do SIGOF. Faremos reformas para garantir que todas as entidades usem o SIGOF no planeamento e na execução orçamental. Toda a administração pública, incluindo a administração direta, indireta e autónoma do Estado, será obrigada a adotar instrumentos transparentes de gestão financeira. O nosso objetivo é combater a corrupção, aumentando a transparência e a responsabilização na gestão das finanças públicas em Cabo Verde. Temos de acabar com a corrupção, e tornar o governo transparente.

### 6.1.3. Promover a governação digital

A exigência pela regionalização deve-se à perceção de centralização excessiva e à necessidade dos cidadãos percorrerem longas distâncias para aceder aos serviços públicos. A nossa aposta é acabar com isso e garantir que o governo esteja mais perto das pessoas, não importa onde ele esteja sediado. O nosso plano é um governo ágil, eficiente e eficaz no cumprimento das suas funções e na resposta às necessidades dos cidadãos e das empresas. Pretendemos realizar uma revisão estratégica e uma reforma para dar início a uma era de administração pública digital por design, orientada por dados e aberta. Com essa perspetiva, os serviços públicos serão vistos como uma resposta às necessidades das pessoas e facilitarão o repensar dos processos e operações internos, com o objetivo de conectar diferentes partes da administração para melhorar a eficiência, a eficácia e a experiência do utilizador, e fortalecer a confiança no Governo. O processo será orientado pelas necessidades dos utilizadores e o objetivo é garantir

pró-atividade no atendimento às necessidades da cidadania. Na próxima geração de governação digital em Cabo Verde, a maioria dos serviços públicos estará disponível digitalmente. As intervenções específicas incluirão:

**Alargar a Casa do Cidadão para todo o território nacional.** Cabo Verde, sob o governo anterior liderado pelo PAICV, fez progressos significativos na governação eletrónica, facilitando o acesso a alguns serviços públicos através da Casa do Cidadão. A governação eletrónica, entretanto, estagnou em Cabo Verde. Para demonstrar a sua utilidade e incentivar os cabo-verdianos a usar os serviços digitais, iremos criar um programa para sediar a Casa do Cidadão em cada Concelho, em parceria com instituições locais, com os governos municipais e os Correios de Cabo Verde. O objetivo é levar o governo para onde os cidadãos vivem e facilitar o acesso aos serviços.

**Disponibilizar serviços governamentais online.** A nossa aposta é uma atualização radical da governação eletrónica em Cabo Verde, com o objetivo claro de disponibilizar online a maioria dos serviços públicos no prazo de uma década. Iniciativas importantes a serem lançadas incluem a formulação de uma estratégia nacional de governo digital, conceção de políticas e implementação da digitalização de todo o setor público, melhorar o projeto Sistema Nacional de Identificação e Autenticação Civil (SNIAC) para assegurar que todos os cidadãos, seja em Cabo Verde ou na diáspora, tenham assinaturas digitais e início de um processo de transferência de serviços online. Isso também implicará reformas administrativas para capacitar a administração pública para fornecer serviços online.

**Dados Públicos Abertos.** Entendemos que Cabo Verde necessita de um salto qualitativo em todas as áreas, incluindo a governação, garantindo a eficácia das políticas e programas públicas. Nesse sentido, adotaremos políticas e iniciativas para permitir a abertura de dados públicos. O plano é disponibilizar ao público dados recolhidos e produzidos por instituições públicas, assim como dados encomendados com fundos públicos. O objetivo é divulgar dados públicos em formatos abertos, que permitam o seu uso, reaproveitamento e distribuição gratuitamente, sujeito apenas ao requisito do anonimato e desde que os utilizadores indiquem a origem dos dados e disponibilizem os seus trabalhos para serem partilhados. O governo envolverá e estimulará as empresas do setor privado a divulgarem dados de uso público. O objetivo é criar valor económico e construir um ecossistema aberto de dados que possa ajudar a conectar os setores público, privado e da sociedade civil. Isso permitirá a colaboração e exploração de dados para capturar as sinergias disponíveis e criar valor social e económico para Cabo Verde e para os cabo-verdianos.

**Transformar o setor nacional de TI e edificar empresas competitivas.** Cabo Verde possui uma vasta experiência na construção de plataformas nacionais de governação eletrónica. A nossa aposta de construir um governo digital será usada para promover parcerias entre o governo, o NOSI e as empresas cabo-verdianas no setor das TI. O objetivo das parcerias é que as empresas nacionais assumam a liderança, estabelecendo parcerias público-privadas para desenvolver soluções. Trabalharemos com o NOSI e com empresas

do setor privado; criaremos consórcios para criar e desenvolver sistemas que podem ser aplicados aqui em Cabo Verde e que também podem ser exportados como serviços para outros países. Daremos prioridade ao trabalho com empresas cabo-verdianas. Esta não será apenas uma estratégia para reduzir a assimetria entre as ilhas, para garantir que todos tenham acesso ao governo sempre que precisarem; será também uma estratégia para transformar o nosso setor de TI e torná-lo um motor de crescimento, através da exportação de serviços desenvolvidos primeiro com base na procura nacional. Nesse sentido, desenvolveremos um programa especial de apoio ao setor de TI. Focaremos na construção do setor do outsourcing e no crescimento das capacidades de nossas empresas nacionais de TI para competir nos mercados da Europa, América do Norte e América do Sul. Para além de trabalhar com as nossas empresas na procura de novos mercados, iremos também trabalhar com elas para mobilizar capital de risco para facilitar expandir o Startups Cabo Verde para outras partes do mundo.

Inspirado pela nossa filosofia de “soluções nacionais para problemas nacionais”, uma parte fundamental desta agenda governamental digital é a aquisição e adoção de soluções e aplicações digitais que os empresários e empresas nacionais desenvolvem. As nossas limitações enquanto pequeno país e economia impõem a necessidade de procurar frequentemente soluções no exterior, mas esta nem sempre tem de ser a primeira ou principal opção. Sempre que possível, adotaremos soluções locais que sejam viáveis. Quando necessário, faremos parcerias com empresários e empresas nacionais para, em conjunto, desenvolver soluções.

#### 6.1.4. Reformar o ambiente de negócios

A era do desenvolvimento baseado na ajuda pública para Cabo Verde acabou. Por isso, a nossa única via sustentável para criar riqueza e construir o Cabo Verde dos nossos sonhos é competindo no mercado global. Isso exigirá um ambiente favorável aos negócios e competitivo a nível dos melhores mercados do mundo, assim como um governo que seja empreendedor e desenvolvimentista. As intervenções específicas incluirão:

**Reformar o ambiente de negócios.** Desde há algum tempo, a nossa agenda nacional é nos tornarmos um polo internacional de serviços de alto valor acrescentado. Isso exigirá investimento direto interno e externo; exigirá fazer negócios com o resto do mundo e, mais importante ainda, teremos de competir com os melhores do mundo. Para o efeito, criaremos um grupo de trabalho permanente, vinculando agências e ministérios, que constantemente reveja e conceba programas de reforma e trabalhe na implementação.

**Modernizar os incentivos fiscais e administrativos.** Cabo Verde deve ser competitivo para atrair investimentos nacionais, da diáspora e estrangeiros. É importante implementar pacotes de incentivos para atrair investidores e para garantir que uma parte significativa dos benefícios seja retida no país. Haverá necessidade de se afastar da abordagem generalista, inicialmente adotada para o setor do turismo, em direção a esforços mais

sofisticados, que permitam a transferência de competências e conhecimento, o recrutamento de habilidades nacionais em gestão e a promoção de fortes vínculos com a economia local e nacional.

**Tornar o Estado mais desenvolvimentista e empreendedor.** Apesar da importância do setor privado e dos mercados no desenvolvimento sócio-económico, as lições da experiência em todo o mundo indicam agora que os Estados/Governos têm um papel crítico a desempenhar, para garantir uma rápida mudança estrutural e a transformação económica. O governo de Cabo Verde terá de servir de catalisador e ajudar a corrigir falhas do mercado. A nossa aposta é, portanto, expandir a capacidade das instituições de apoio às empresas em Cabo Verde e desenvolver projetos específicos para:

- Facilitar a ampliação de startups
- Estruturar fundos catalisadores de crescimento
- Apoiar o crescimento de empresas ligadas à tecnologia em setores selecionados
- Estruturar fundos para apoiar a investigação e o desenvolvimento de startups, empresas e academias universitárias
- Apoiar a construção de um ecossistema de inovação
- Atrair empresas de tecnologia e startups, incentivando-as a instalarem-se em Cabo Verde
- Estabelecer parcerias com universidades, para garantir profissionais mais capacitados no setor de TI/tecnologia
- Utilizar o poder de compra do Estado, e os contratos públicos, para apoiar bens e serviços produzidos localmente, exigindo que todas as entidades públicas, desde escolas a ministérios, se abasteçam prioritariamente de bens e serviços produzidos a nível nacional

## 6.2 Investir nas Pessoas

A nossa filosofia é que o ser humano é a base do progresso e deve ser o foco dos ganhos de desenvolvimento, de forma a garantir a melhoria da qualidade de vida das pessoas e o seu bem-estar. Capacitar as pessoas, de forma a realizar o seu potencial como membros produtivos da sociedade, requer investimento em conhecimento, desenvolvimento de competências e saúde. A Agenda do PAICV está centrada no investimento para desenvolver o capital humano. O governo pós-independência, liderado pelo PAICV, democratizou o acesso à educação e aos cuidados de saúde em Cabo Verde. O investimento em capital humano é a chave para acabar com a pobreza e construir um Cabo Verde mais inclusivo. Por isso, a nossa Agenda é reforçar o capital humano e investir numa população saudável.



### 6.2.1. Construir capital humano para o século 21

O capital humano é um fator-chave que afeta a produtividade e tem implicações significativas no crescimento económico e no desenvolvimento. Cabo Verde fez enormes progressos na questão do desenvolvimento do capital humano, com grande avanço ao nível educacional. Entretanto novos desafios, como o rápido desenvolvimento tecnológico e a natureza mutável das competências necessárias ao mercado de trabalho, estão a alterar rapidamente a fronteira das competências, trazendo oportunidades e riscos. Isso exige que os países reforcem e adequem o seu capital humano. Os países incapazes de acompanhar este ritmo não alcançarão um crescimento económico sustentável e inclusivo. Além disso, a sua força de trabalho não estará preparada para os empregos altamente qualificados do futuro, prejudicando a sua capacidade de competir no mercado global.

Como tal, devemos reformar o nosso sistema de educação, para garantir que desenvolvemos as habilidades e capacidades certas. Não podemos efetuar mudanças estruturais na nossa economia, construir uma nova economia em torno do mar ou competir no mundo emergente da Inteligência Artificial (IA), IoT (Internet of Things) e 4ª revolução industrial, com o nosso atual sistema de educação. Embora nos tenha servido bem no passado, o que reconhecemos e valorizamos, temos de projetar e preparar o futuro. Precisamos de reformas estruturais profundas. O que precisamos agora são programas para consolidar e racionalizar, melhorar a qualidade, fornecer acesso fácil à certificação e ao desenvolvimento de habilidades em indústrias e setores emergentes e implementar políticas de incentivos para favorecer as competências necessárias para a economia, especialmente habilidades STEMM (ciência, tecnologia, engenharia, matemática e gestão). O objetivo será garantir que tenhamos um sistema de educação renovado, capaz de formar inovadores e empreendedores. Os programas específicos incluirão a reorientação do nosso sistema de educação, a valorização da relevância, a construção de uma plataforma nacional de educação, a disponibilização de acesso a laptop/tablet para todos os alunos e a internacionalização da educação em Cabo Verde.

**Revolucionar o setor educacional.** O desafio para o setor da educação em Cabo Verde já não é o acesso ou a quantidade, mas a qualidade e a relevância da educação. Há necessidade de reformas significativas no sistema de educação, para que seja redirecionado do simples ensino com vista a exames, para se concentrar na resolução de problemas, no pensamento crítico e na aprendizagem empírica. A nossa aposta é empreender uma “revolução” no setor educacional, com o objetivo de mudar a forma como os professores ensinam e os alunos aprendem, desde a pré-primária ao nível universitário. O esforço de mudança será iniciado com um projeto nacional, a ser concebido e implementado, no sentido de propor novas abordagens de ensino, incluindo a conceção de programas de aprendizagem para professores.

**Estimular a Relevância.** Um fenómeno-chave nos últimos 15 anos foi a explosão do ensino universitário em Cabo Verde. Apesar da dimensão da sua população, Cabo Verde tem agora 9 Universidades. A maioria das universidades tem o constrangimento do número limitado de alunos, a falta de massa crítica de académicos, a falta de financiamento e instalações inadequadas de ensino e investigação. O resultado é mais o foco nas universidades, sobretudo nas ciências sociais, sem a devida atenção às necessidades do mercado emergente, especialmente no campo da tecnologia e nas competências. A nossa aposta é reverter esta tendência e, nesse sentido, os programas específicos a serem implementados incluirão:

- Disponibilização de incentivos personalizados, para que as universidades criem programas adaptados à construção de habilidades e competências para o mercado de trabalho atual e futuro;
- Uso de incentivos de financiamento educacional para encorajar os alunos a optar por disciplinas/cursos relevantes para o mercado atual;
- Negociação de ofertas especiais de bolsas internacionais de parceiros de desenvolvimento, para enviar estudantes cabo-verdianos para universidades em áreas especializadas;
- Promoção da ligação Universidade-Indústria;
- Adoção de programas de formação pós-secundária, de nível intermédio, que desenvolvam competências técnicas e profissionais específicas, que sejam procuradas no mercado, mas que não exijam longos estudos universitários. Os programas de formação técnica e profissional existentes, tais como a Escola de Turismo (EHTCV) e o Centro de Energias Renováveis e Manutenção Industrial (CERMI) provaram ser modelos de sucesso, que formam, de forma eficaz e rápida, trabalhadores qualificados profissionalmente, com competências relevantes, exigidas pela indústria e rapidamente absorvidas pela mesma. Estudos revelaram que a economia tem uma grande procura destas competências de nível intermédio, desde o sector das TI, à construção, à manutenção industrial e serviços nos transportes marítimos e aéreos, energia, etc. Os programas terão certificados e licenças profissionais, enquanto outros poderão ter diplomas de dois anos de formação.

**Plataforma Nacional de Educação.** O objetivo é construir uma plataforma nacional de aprendizagem para ajudar a facilitar a aquisição de competências por todos os cabo-verdianos. A COVID-19 vulgarizou e tornou a educação online a tendência do momento. Um desafio que interfere no setor da educação (assim como em muitos outros setores) é a limitação de recursos. Ao mesmo tempo que pretendemos angariar fundos para a educação, devemos também procurar novas e eficientes formas de atingir o objetivo de construção do capital humano do século XXI, de que Cabo Verde tanto precisa para competir no mercado global. A nossa aposta é aproveitar o projeto “Estudar Em Casa” e transformá-lo para servir como uma ferramenta complementar para potencializar a aprendizagem em Cabo Verde. Utilizar-se-ão tanto o online (tecnologia da Internet) como os meios tradicionais (televisão). O objetivo será desenvolver conteúdos e materiais nacionais; utilizar os melhores professores para ministrar cursos que podem ser “empacotados” e disponibilizados online e pela televisão. A plataforma estará disponível para todos os cabo-verdianos e para os alunos será uma ferramenta de acompanha-

mento para a sua educação. Embora a ênfase seja colocada no desenvolvimento de conteúdos e materiais nacionais para a plataforma, esforços também serão feitos para desenvolver acordos de parceria em todo o mundo, de modo a obter recursos que possam ser usados para aprimorar as ofertas da plataforma nacional de educação.

**Facilitar o acesso a um dispositivo informático a todos os alunos.** Embora a COVID-19 tenha tornado a educação online a tendência do momento, também mostrou que a desigualdade é um grande desafio e obstáculo. Muitos alunos simplesmente não têm computador, tablet ou smartphone para participar na educação online. A nossa aposta é conceber um programa que permitirá que todos os alunos tenham acesso a um dispositivo (laptop ou tablet) que possam usar para participar da educação online e se conectar à plataforma nacional de educação. O nosso plano é conceber um programa, em colaboração com empresas nacionais, para disponibilizar um dispositivo eletrônico especial de baixo custo, adaptável à realidade de Cabo Verde, que possa ser disponibilizado a estudantes com financiamento a longo-prazo. Para quem esteja no cadastro social e não tenha condições de pagar, será desenvolvido um projeto especial para facilitar o financiamento, para que cada aluno cabo-verdiano possa ter um dispositivo eletrônico para a sua educação.

**Facilitar o acesso a educação superior em todo o país.** O ensino superior é a base da inovação e do desenvolvimento. Para além de recentrarmos o ensino superior em Cabo Verde para garantir relevância e qualidade, iremos investir para assegurar que o ensino superior seja acessível a todos em todas as ilhas. O objetivo é melhorar o acesso à qualidade e ao ensino superior relevante ao alcance de todos em Cabo Verde. Isto será feito através da Universidade Nacional e da Plataforma digital de educação a ser desenvolvida. Cabo Verde do futuro terá de ser uma sociedade de conhecimento, à luz das alterações globais em curso, da necessidade de diversificar a economia, bem como da importância de apropriação nacional das novas tecnologias para poder competir e vencer no mercado global. O programa proposto permitirá aos cabo-verdianos reforçar as suas aptidões e permitir a atualização e desenvolvimento contínuo de competências.

**Internacionalizar o setor da Educação.** Uma forma de fazer face aos desafios do setor do ensino superior em Cabo Verde é a internacionalização. Isso assumirá duas formas. A primeira é atrair universidades internacionais interessadas em criar campus africanos para se instalarem em Cabo Verde. O plano será oferecer incentivos substanciais às universidades para estabelecerem filiais em Cabo Verde e atrair estudantes, principalmente de Países Africanos e da Europa. A segunda é atrair estudantes de toda a África e de outras partes do mundo para estudar nas Universidades de Cabo Verde. Cabo Verde oferece condições, tem estabilidade social e política. Adicionalmente, Cabo Verde oferece uma excelente localização para estudos ligados ao mar. Também oferece oportunidades para aprender outras línguas. Estes são atrativos importantes para os alunos e para fazer de Cabo Verde um destino para se formar

**Reestruturar e Melhorar o Apoio Financeiro (Bolsas de Estudo) para Estudos Pós-Secundários.** O apoio financeiro público para estudos pós-secundários e formação profissional deve ser reestruturado a fim de (i) visar e dar prioridade às famílias mais necessitadas, utilizando uma abordagem de afetação baseada nas necessidades e no mérito; (ii) canalizar recursos para o apoio à formação e estudo em áreas prioritárias e estratégicas, tal como acima identificadas, alinhadas com as prioridades de desenvolvimento nacional e as necessidades atuais do mercado e da indústria; (iii) assegurar a equidade e igualdade de oportunidades para todos os estudantes e famílias. Temos de racionalizar o sistema a fim de assegurar a equidade e o acesso de todas as famílias, especialmente as pobres, e assegurar que o apoio é dirigido a áreas estratégicas.

### 6.2.2. Contribuir para uma população saudável

Hoje em dia, é geralmente aceite que uma boa saúde é a pedra-de-toque do desenvolvimento e que a saúde precária é uma barreira ao progresso sócio-económico. Na fase inicial do seu período Pós-Independência, Cabo Verde fez um investimento significativo e foi capaz de garantir acesso universal aos cuidados de saúde. Ao longo dos anos, o setor fez progressos significativos. Mas, importantes desafios têm surgido ao longo dos anos. Há o aumento da incidência de doenças não transmissíveis, associado ao envelhecimento da população e à prevalência de hábitos pouco saudáveis, mas, também à falta de recursos e equipamentos para diagnóstico e tratamentos avançados, e ao desafio das evacuações para o exterior. Mesmo a evacuação nacional de casos graves de uma ilha para os hospitais regionais ou de referência no País, pode ser problemática e alguns casos têm resultado em mortes, nos últimos anos. Além disso, existe uma capacidade limitada de planeamento e gestão do setor de saúde. Ações mais específicas incluirão:

**Melhorar a gestão e a administração da saúde.** Um elo importante que falta na nossa administração e sistema de saúde é a capacidade de gestão. Precisamos de novos sistemas para planear e gerir o setor, dados os recursos limitados e a necessidade de oferecer serviços mais sofisticados e de maior qualidade. A nossa aposta é aumentar a oportunidade de formação, dentro e fora do país, para o nosso pessoal de saúde, adotar novos sistemas de gestão e planeamento e garantir maior competência técnica e tecnológica dos hospitais regionais e centros de saúde.

**Reforçar a utilização da tecnologia digital na prestação de cuidados de saúde.** Como parte da mudança na administração, gestão e funcionamento do setor, a nossa aposta é modernizar o nosso sistema de saúde usando uma plataforma digital. O nosso plano é construir um sistema nacional de gestão de saúde online, que terá como objetivo promover uma população saudável, com ênfase numa vida saudável e na prevenção. Isso incluirá um sistema nacional de informações de saúde para planeamento e gestão do setor de saúde, para promover a eficiência e a eficácia, reduzindo significativamente o desperdício. Cada cidadão terá um número de identificação de saúde digital, que estará vinculado à sua identidade biométrica protegida e servirá de base para a ma-

nutrição de um registo de saúde portátil pelo utente e válido em toda a rede. Vincular o sistema de informação de saúde ao plano de governo digital e a dados abertos permitirá que as empresas nacionais criem aplicativos sobre os dados de saúde da população cabo-verdiana, criando valor social e económico.

**Reforçar as capacidades locais com vista a substituir as evacuações.** As evacuações possibilitadas pelo nosso principal parceiro, Portugal, salvaram muitas vidas durante décadas. Foi um modelo de ajuda bem-sucedido e uma parceria que os cabo-verdianos muito apreciaram. Contudo, o desenvolvimento preconizado para a saúde será no sentido de desenvolver capacidades nacionais no sistema de saúde, com vista a responder à maioria das evacuações, no espaço de uma década. Isso incluirá uma revisão sistémica e a formulação de um plano para lidar, progressivamente, com os problemas no âmbito nacional. Incluirá, também, a atualização das nossas capacidades, a melhoria da organização do SNS, a aquisição de equipamentos e programas especiais de formação para profissionais de saúde - enfermeiros, médicos, técnicos e gestores - e a assinatura de acordos de cooperação sanitária com outros países.

**Implementar um programa de parceria público-privada para modernizar os hospitais.** Cabo Verde tem atualmente quatro hospitais regionais e dois hospitais centrais, de referência nacional. A nossa proposta é estabelecer parcerias com o setor privado para elevar a competência dos hospitais regionais e centrais e colocá-los a funcionar em rede, para minimizar as diferenças entre as diferentes instituições, resultantes da discrepância da população servida em cada ilha. Ambiciona-se desenvolver um hospital nacional de referência, especializado, baseado nas tecnologias digitais, capaz de gradualmente responder às necessidades de saúde mais complexas da população, incluindo as que ocasionam evacuação de pessoas para o exterior.

O setor privado nacional e internacional será chamado a participar no processo de elevação das capacidades dos hospitais, no seu funcionamento e manutenção, dando espaço à contribuição da nossa diáspora de profissionais de saúde, participando no financiamento da modernização, incluindo a construção dessa nova unidade, a aquisição de equipamentos, a formação dos profissionais que nela trabalharão.

Diligenciaremos pela constituição de um sistema de emergência médica/ S.E.M, com pessoal treinado, meios de transporte dedicados, terrestres, aéreos como helicópteros e marítimos, para a evacuação de pessoas em risco de vida para os hospitais de referência.

Dada a importância do setor da saúde, será estudada a eventualidade de criar uma taxa nacional especial destinada ao financiamento dos tratamentos e à modernização geral do setor de cuidados de saúde em Cabo Verde.

Reforçar a formação de base e especializada de profissionais de saúde. A melhoria da qualidade e do SNS para responder com eficácia aos problemas de saúde das pessoas, incluindo as que são atualmente evacuadas, exigirá um programa contínuo de capacitação para os trabalhadores do setor da saúde em Cabo Verde. Programas de formação de curto-prazo serão concebidos com parceiros estratégicos, para atualizar as competências dos nossos profissionais de saúde. A nossa aposta é trabalhar, por um lado, para desenvolver e implementar um programa de desenvolvimento de competências multi-profissionais para o setor e, por outro, atrair para Cabo Verde a ajuda da nossa diáspora de saúde. Vamos estudar e implementar parcerias nomeadamente com países e organizações para aportarem colaborações, sobretudo pela via de tecnologias digitais e de informação, na resolução de certos problemas complexos.

**Criar um setor de Turismo de Saúde.** Os principais desafios que Cabo Verde enfrenta em quase tudo incluem a falta de massa crítica, que não permite economias de escala. Uma abordagem possível, para garantir mais recursos ao setor da saúde, é promover o turismo de saúde. A nossa aposta é desenvolver, com o setor privado, um enquadramento para o turismo médico em Cabo Verde, como parte do crescente setor do turismo. Vamos desenvolver um quadro político e institucional, formular um plano e definir um conjunto de incentivos fiscais para atrair grandes grupos médicos, de modo a se estabelecerem em Cabo Verde. Adicionalmente, teremos uma estratégia e investiremos na comercialização “agressiva” de Cabo Verde como destino de investimento em turismo medical. Poremos em prática um processo para envolver potenciais parceiros. Um dos impactos será ajudar a reduzir a necessidade de evacuações médicas, uma vez que protocolos especiais serão assinados para atender pacientes cabo-verdianos com doenças para as quais as pessoas são normalmente evacuadas.

### 6.2.3. Promover uma habitação decente para todos

Uma falha crítica da IX Legislatura é na área da habitação. Em vez de se basear em programas existentes, como em muitos outros aspetos da nação, na IX Legislatura, o sector da habitação foi politizado e projetos-chave como o “Casa para Todos”, um projeto emblemático nacional para a construção de habitações de baixo custo, foi interrompido e quase arruinado, apenas para marcar pontos políticos. Quando a estratégia do governo já não era defensável, as regras do jogo foram alteradas. Em vez de beneficiar os novos proprietários de casas, tornou-se numa outra “fonte de apadrinhamento”. Isto tem de acabar.

A nossa promessa é formular uma nova estratégia nacional de habitação e renovar o sector da habitação, de forma a permitir que todos os cabo-verdianos tenham acesso a uma casa digna para viver. A nossa abordagem também favorecerá a utilização do sector da habitação para o desenvolvimento nacional, trabalhando com promotores nacionais e o sector privado para produzir materiais locais para a construção. Adicionalmente, colocaremos ênfase na ajuda aos muito pobres, com casas precárias, para empreenderem a renovação das suas casas, bem como aos jovens para adquirirem a sua primeira casa.

O plano é que o Estado sirva de catalisador e com estratégias robustas para envolver e capacitar outros atores, para ajudar a enfrentar os desafios da habitação em Cabo Verde. O governo trabalhará em estreita colaboração com os Municípios e com associações da sociedade civil ativas no sector da habitação, para conceber programas que ajudem os cidadãos a remodelar as suas casas ou para adquirir habitações de acordo com as suas necessidades básicas. Incluirá a contribuição financeira do governo, a construção de uma plataforma digital, a angariação de fundos através das empresas e da população numa ação cívica voluntária para ajudar a enfrentar o desafio das habitações precárias em Cabo Verde. Iremos adotar uma abordagem nacional que mobilize todos os atores e enfrentarmos o desafio da habitação.

### **6.3 Garantir reformas da segurança e da justiça**

#### **6.3.1. Garantir a segurança para todos**

A segurança pública é um serviço que deve ser universal, para proteger a integridade física de todos e os seus bens, exercida por forças e serviços de segurança pública, designadamente polícias, que trabalham em conjunto com o Poder Judicial. Os resultados dependem muito da eficácia da polícia, do funcionamento do Poder Judicial, das políticas públicas e das condições sociais. A insegurança é um problema social e político, que afeta a economia e causa desequilíbrio nas relações sociais, a todos os níveis, pelo que faz parte das primeiras preocupações dos cidadãos e, por força da sua importância, integra as agendas políticas dos governos, como uma das suas principais prioridades.

Para inverter a tendência de insegurança, que decorre da complexificação do crime, da violência conexas e do aumento da criminalidade, ao longo de anos, preconizamos, como alternativa, a implementação de um pacote de medidas de política para a X Legislatura, que incluem programas, diretrizes ou estratégias, quer de políticas de segurança pública, quer de políticas públicas de segurança, de modo a garantir aos cidadãos liberdade e segurança, condições básicas para o bem-estar social e a qualidade de vida individual e coletiva.

Este novo paradigma de segurança baseia-se em quatro pilares principais, a saber: prevenção, proximidade, mediação e parceria, sem descurar a vertente repressiva, que será também melhorada, enquadrada na reforma da área da segurança interna. No quadro da reforma do Estado, iremos implementar reformas na área da segurança interna, tanto na perspetiva micro, como na perspetiva macro, cientes de que o Estado não consegue sozinho controlar e prevenir ameaças e riscos, enquanto fatores indutores da insegurança.

### 6.3.2. Reforma macro

Enquadradas numa reforma macro do setor da segurança interna, iremos implementar as seguintes iniciativas:

- Criação de condições de distribuição de funções de segurança pública aos níveis infranacionais, apoiando os municípios na implementação e organização da polícia municipal, auxiliando-lhes na formação dos seus agentes e introduzindo melhorias na legislação existente;
- Criação de uma Guarda Republicana Nacional (GRN), adaptada à realidade do país, com funções policiais similares às da Polícia Nacional, mas com a natureza de uma força pública militarizada ou paramilitar, sob a tutela ministerial da área da segurança interna, idêntica à GNR de Portugal, Gendarmaria Francesa ou Guarda Civil Espanhola, fazendo com que, em Cabo Verde, passemos de um modelo de organização policial monista para um modelo dual, de modo a garantir o exercício do direito à greve e à manifestação aos agentes das forças e serviços de segurança de natureza civil, considerando os antecedentes, sem colocar em causa a garantia da ordem, segurança e tranquilidade públicas, estabelecendo limites de restrição a esses direitos aos agentes dessa força de natureza militarizada, respeitando a Constituição da República.
- Nessa linha de ação, incrementaremos uma coerente e articulada territorialização dos subsistemas de segurança, de acordo com o mapeamento demográfico e criminal, de modo a facilitar a integração e a cooperação entre as diferentes forças e serviços de segurança;
- Redefinição dos patamares políticos e administrativos de coordenação e tutela dos subsistemas policiais ao nível nacional e local, introduzindo melhorias na prestação de serviço da Polícia Nacional em matéria de investigação criminal, alargando as suas competências funcionais e legais nessa matéria e fortalecendo qualidade de uma polícia de ciclo completo;
- Introdução de um sistema integrado de estatísticas criminais produzidas por diferentes forças e serviços de segurança, de modo a precaver as redundâncias prevalecentes e garantir a fiabilidade dos dados apresentados, adequando a articulação da inteligência policial e dos centros de expertise, de maneira a partilharem meios, saberes e infraestruturas de prevenção e controlo da insegurança e criminalidade.

### 6.3.3. Reforma micro

A reforma micro na área da segurança interna diz respeito à implementação de um novo modelo de organização policial, com novas práticas, novos processos de gestão, planeamento e controlo, garantindo prestação de contas, desconcentração e avaliação do desempenho e da qualidade do serviço público.

Introduziremos alterações na estrutura organizacional das forças e dos serviços de segurança, de modo a adequá-los às necessidades impostas pelas novas ameaças e riscos de insegurança e a alinhá-los a estratégias de prevenção e controlo. Nessa perspetiva, reduziremos as estruturas do nível tático e os respetivos custos funcionais, que serão realocados na ampliação do nível operacional, para garantia de um policiamento ostensivo mais efetivo e com menos peso burocrático.



Executaremos um programa consistente de policiamento de proximidade, analisando, avaliando e corrigindo as dicotomias e resistências existentes na implementação desse modelo moderno de policiamento proactivo.

Nos principais centros urbanos, de acordo com informações demográficas e da evolução do índice da criminalidade da última década, incrementaremos as unidades policiais com base territorial e redefiniremos as áreas de jurisdição das unidades orgânicas. Neste caso, também consideraremos a elevação da Praia para um nível de comando metropolitano, tendo em conta a rápida expansão desta cidade e a sua proximidade com as outras cidades de Santiago Sul.

As unidades especiais de intervenção e de ações táticas serão revitalizadas e inovadas, considerando a nova conjuntura de ameaças e riscos de violência e crime, de forma a poderem exercer o seu papel dissuasor e cumprir cabalmente as suas missões em situações críticas de violência concertada e garantir a reposição da ordem pública e o normal funcionamento das instituições democráticas, quando necessário.

A qualificação profissional dos agentes das forças e serviços de segurança merecerá uma atenção específica, o que impõe a introdução de alterações no estatuto do pessoal policial, nos regulamentos de recrutamento, seleção e formação e no acompanhamento e avaliação de desempenho, de forma a promover a meritocracia e a qualidade do serviço público. Será implementado um programa de formação contínua do pessoal policial, a fim de garantir o desenvolvimento das suas aptidões profissionais.

Desenvolveremos e implementaremos um Plano Estratégico de Segurança Interna (PESI), que engloba as propostas apresentadas nesta plataforma, permitindo a implementação de programas e projetos na sua execução tática e operacional e prevendo os custos e os resultados da sua materialização.

#### **6.3.4. Justiça para Todos**

O sistema judicial é um pilar fundamental das democracias e garante uma justiça imparcial que é essencial para o desenvolvimento e para a transformação nacional. A boa notícia é que Cabo Verde tem um sistema judicial independente e somos uma Nação onde a liberdade individual e o Estado de direito são globalmente respeitados. No entanto, o principal desafio que o Judicial tem enfrentado são as ineficiências na gestão dos processos e do sistema judicial. Além disso, todos os processos são agrupados no mesmo sistema. Tudo isso cria grandes atrasos. Para muitos, justiça morosa é justiça negada. Para além dos atrasos, Cabo Verde também enfrenta um aumento de pequenos crimes. Tornou-se galopante nas áreas urbanas e um desafio nas principais cidades como Mindelo e Praia. A justiça deve ser confrontada com uma abordagem multifacetada. Não se trata apenas de punição. Deve haver ainda elementos de dissuasão e reabilitação. Também é importante fazer face ao crime emergente, especialmente “organizações” do crime transnacional.

**Melhorar a gestão do sistema judicial e dos processos.** O sistema judicial de Cabo Verde é moroso. Isso resulta de muitos constrangimentos. Um deles é o atual sistema de gestão de processos, e também questões relacionadas com acordos institucionais. A nossa aposta é iniciar um esforço de reforma que nos permita obter eficiência na gestão de processos. Isso incluirá a modernização da plataforma tecnológica, incluindo o desenvolvimento de software/plataformas para atualizar as competências do sistema judicial.

**Aumentar a capacidade de investigação.** Um desafio crítico é a capacidade nacional de investigação. Isso é importante, dadas as implicações para as decisões judiciais e para o processo de julgamento. Trabalharemos para conceber e implementar um projeto para aumentar a capacidade de investigação. Isso incluirá formações contínuas de curto-prazo, atualização e/ou instalação de laboratórios e aquisição de materiais. Também trabalharemos para garantir que a plataforma de TI do sistema judicial seja capaz de lidar com a carga de processos de investigação.

**Instalar tribunais especiais.** Um dos nossos principais compromissos para reduzir os longos atrasos nos processos é a criação de tribunais especiais. A nossa aposta é ter tribunais especiais para pequenas causas e crimes menores. Isso permitirá que os casos que podem ser resolvidos rapidamente sejam “retirados” do sistema e tratados rapidamente.

**Promover a resolução alternativa de disputas.** Muitos casos não precisam ir a tribunal. É importante que existam métodos alternativos para a resolução de conflitos. Desenvolveremos, ativamente, métodos alternativos para libertar os tribunais. As opções incluem conciliação, mediação, arbitragem e conferências de resolução de casos civis que podem ser resolvidos sem necessidade de recorrer a litígios que podem arrastar-se durante anos.

**Promover a Reabilitação.** Um dos principais desafios do sistema de justiça criminal é a reincidência. O objetivo do sistema de justiça criminal não pode ser apenas a punição. Deve incluir reparação e reabilitação, para que os infratores possam retornar à sociedade como membros produtivos e contribuintes. No mundo de hoje, existem muitas opções de formação e desenvolvimento de competências. A nossa aposta é reabilitar infratores através de formação e aconselhamento para o desenvolvimento pessoal, de forma a reduzir substancialmente a taxa de reincidência em Cabo Verde.

**Desmantelar “organizações” do crime organizado.** Um desafio global hoje é o surgimento de sindicatos do crime transfronteiriço em atividades ilícitas, como o contrabando de droga. Criaremos capacidade nas forças armadas, nos serviços de inteligência, assim como capacidade de investigação para desmantelar o crime organizado em cooperação com serviços especializados estrangeiros e apreender os bens acumulados por meio de atividades ilícitas.

## 6.4 Materializar um Novo Ciclo para as TICs e Telecomunicações

Vivemos uma revolução tecnológica e digital que está a alterar radicalmente a nossa forma de viver, de trabalhar e de nos relacionarmos. Ela difere de todas as outras já experimentadas pelo ser humano, em termos de escala, alcance e complexidade, e está a provocar uma verdadeira mudança estrutural, por três razões: a) a velocidade, sem precedentes, dos avanços tecnológicos; b) o alcance, que afeta praticamente todos os setores, em toda a geografia; c) a amplitude e profundidade, que levam à transformação de sistemas inteiros de produção, de gestão e de governança, de todos os atores (empresas e instituições) que fazem parte do sistema económico mundial.

No centro desta revolução estão as operadoras de telecomunicações que, na atualidade, são os agentes encarregados de facilitar a conectividade de todo um ecossistema (pessoas, instituições, empresas, máquinas, etc.) à velocidade adequada, com a qualidade necessária. A ideia de fortalecer a infraestrutura física das redes, como fator essencial para a integração do campo económico e do desenvolvimento social, ganha cada vez mais destaque nas discussões do planeamento do setor para os próximos anos.

Em Cabo Verde, tal como a nível global, o consumo de serviços de telecomunicações por utilizadores finais, residenciais e negócios, tem evoluído ao longo dos últimos dez anos de Voice Centric para Data Centric. A crescente penetração da banda larga vem transformando o setor. Tendo o contrato de concessão chegado ao seu término, fica aberto o caminho para o estabelecimento de um novo ciclo para o setor das telecomunicações e das tecnologias de informação e comunicação em Cabo Verde, assente numa profunda reforma, estrutural e disruptiva em relação ao ciclo anterior, suportada por um novo edifício operacional, institucional, legal e regulatório e que tenha em consideração o conjunto de fatores estruturantes que estão a conferir novas funções ao setor das telecomunicações, no desenvolvimento económico e social dos países e a nível global.

Na próxima legislatura, a nossa aposta é de nos concentrarmos em três áreas críticas:

- Governança e regulação das telecomunicações: em direção à economia digital
- Garantia de acesso à banda larga
- Promoção da cibersegurança

#### 6.4.1. Agilizar a governança e facilitar a regulação das telecomunicações: em direção à economia digital

É fundamental que todas as instituições interessadas e envolvidas no ecossistema digital construam consenso e partilhem objetivos estratégicos de alto nível, mas é igualmente importante o alinhamento dos respectivos interesses específicos. Cabe ao setor público montar novos mecanismos legais e regulatórios, que permitam o máximo alinhamento possível dos interesses dos atores do setor privado com os do setor público e os dos consumidores. Os principais elementos que facilitam a governança do ecossistema digital podem ser agrupados em quatro pilares:

**Quadro legal e institucional.** O novo quadro legal e institucional das TICs deve reconhecer a convergência e, portanto, adaptar a organização e os papéis dos atores responsáveis pela execução das políticas públicas (ministérios, autoridades reguladoras e outros), bem como as principais leis e regulamentos (por exemplo, leis-quadro das telecomunicações). No ambiente da convergência, o quadro legal tende a definir o serviço mais do que a tecnologia (neutralidade tecnológica), enquanto a regulação e as políticas públicas tendem a ter papel mais transversal, que inclui empresas, tecnologias e interações dentro do novo ecossistema digital. A arquitetura institucional requer um alto nível de direção estratégica e de coordenação entre ministérios e autoridades reguladoras.

**Regulamentação do desenvolvimento de infraestrutura e acesso.** A expansão de redes de nova geração (4G e 5G no móvel e FTTx no fixo) é a principal causa da crescente adoção das TICs. A regulamentação da infraestrutura deve abordar o duplo objetivo de promover o investimento (público e/ou privado), sem negligenciar os segmentos mais desfavorecidos ou áreas com acesso de custo mais elevado. Por isso, a eficiência na alocação de recursos (por exemplo, políticas de espectro radioelétrico) e o uso da infraestrutura disponível (partilha de infraestrutura) devem ser combinados com o uso efetivo do serviço universal (que deve ser redefinido) e do acesso para promover a infraestrutura em áreas mais desfavorecidas.

**Regulação da concorrência e defesa do consumidor.** Parte das redes de telecomunicações são inputs essenciais que devem ser regulamentados para evitar comportamentos monopolísticos, de forma a manter um forte dinamismo no mercado das TICs. Ao mesmo tempo, o ambiente altamente dinâmico tende a aumentar a importância dos regulamentos ex post, ou seja, regulamentações que visam corrigir comportamentos que prejudicam os consumidores ou reduzem o incentivo para as empresas investirem e inovarem. É preciso ter ainda em conta que, dentro do ambiente de convergência digital, a análise da concorrência também muda, exigindo novas métricas e metodologias analíticas.

**Políticas públicas para a economia digital: agendas digitais.** O ecossistema digital atinge todos os setores da economia. Do ponto de vista da procura, as políticas públicas devem ter como objetivo aumentar a capacidade das organizações e das pessoas desses setores

para adotar e aproveitar os benefícios oferecidos pelas TICs. As políticas públicas devem ter um enfoque transversal e abranger uma grande variedade de setores, como finanças digitais (pagamentos digitais, regulação de plataformas de financiamento, etc.), TIC na educação e na saúde e digitalização do setor público e de ações governamentais (procedimentos eletrônicos, transparência, participação digital, etc.). Devido à sua natureza transversal, as ações políticas devem ser estruturadas como instrumentos de política e como agendas digitais e permitir uma adequada priorização, melhoria na coordenação, aproveitamento de sinergias e fortalecimento da supervisão e da monitorização das ações governamentais para impulsionar a economia digital nos diversos setores.

**Novo quadro operacional:** Liberalização efetiva – Separação estrutural da incumbente. A instalação de um quadro operacional distinto do atual deverá constituir o eixo central do novo ciclo para o setor das telecomunicações. A convergência tecnológica e a digitalização sentenciaram o fim da integração vertical das operadoras de telecomunicações. Para Cabo Verde, a solução mais eficaz para a situação prevalente só pode ser alcançada através da separação estrutural da CV Telecom, que deve resultar na criação de uma empresa de negócios operacional e legalmente independente para gerir as infraestruturas da rede concessionada, fornecendo produtos e serviços de acesso, sem discriminação, a todas as operadoras presentes no mercado, nos mesmos termos e condições, designadamente de preços e níveis de serviços.

#### 6.4.2. Garantir o acesso à banda larga

Tal como aconteceu a nível da comunidade global, o impacto significativo e a adoção generalizada das comunicações móveis ocorreram em Cabo Verde nos últimos dez anos. Contudo, o uso da Internet e da banda larga estão ainda a níveis pouco satisfatórios. Este constrangimento deve ser superado com medidas de política alinhadas com o desafio global em prol da conectividade de banda larga universal, para garantir que o ecossistema de banda larga seja catalisador do desenvolvimento mais amplo sustentado pelos ODS.

O ecossistema de banda larga tem a oportunidade de desempenhar um papel positivo na sociedade e nas economias, fortalecendo a infraestrutura, as instituições e os sistemas que abordam não só os desafios atuais impostos pela pandemia da COVID-19, mas também preparam o mundo para desastres futuros. Reconstruir melhor com banda larga, preparar-se contra choques futuros e garantir o acesso equitativo universal faz parte do novo normal e exige ênfase na infraestrutura digital e nas tecnologias para resposta à pandemia, a recuperação e os esforços de construção de resiliência.

- Como tal, para a próxima legislatura o nosso plano irá concentrar-se em: Tornar a política de banda larga universal e acessível, Colocar as pessoas online; Promover competências e literacia digitais; Promover serviços financeiros digitais; Colocar os negócios online e; Alcançar a igualdade de género no acesso à banda larga. Para tal, a nossa ação visará atingir as metas seguintes: Tornar acessíveis os serviços básicos de banda larga por um custo igual ou inferior a 2% do PIB per capita;
- A penetração de utilizadores de banda larga na Internet deve chegar a 75% da população;

- Alcançar 60% de jovens e de adultos com, pelo menos, um nível mínimo de proficiência em habilidades digitais sustentáveis;
- Chegar a 40% da população no que respeita ao uso de serviços financeiros digitais;
- Melhorar, em 50%, a conexão online das micro, pequenas e médias empresas.

### 6.4.3. Promover a cibersegurança

Cabo Verde tem tido, ao longo dos últimos anos, indicadores satisfatórios de desenvolvimento nos benchmarks de referência a nível mundial, nos domínios da sociedade de informação, das telecomunicações e da governação eletrónica. Curiosa e paradoxalmente, o país está quase na cauda do grupo de países com a pior segurança cibernética, no Índice Global de Cibersegurança (GCI). Com efeito, em 2018, na classificação global do GCI, Cabo Verde teve a pontuação de 0.051 (max=1) e alcançou a 163.<sup>a</sup> posição num total de 175 países e, na sua região, ocupou a 38.<sup>a</sup> posição (num total de 42 posições). Acontece que o uso crescente das TIC também significa que elas se tornam cada vez mais vulneráveis a atividades ilícitas e maliciosas e sujeitas a processos de manutenção operacionais mal planeados.

O contexto da ameaça de cibersegurança deve ser encarado através de uma abordagem sistematizada, que tenha por objetivo a sensibilização das organizações públicas e privadas. Cabo Verde deve construir uma visão homogénea e inclusiva da realidade organizacional pública e privada, no que diz respeito à necessidade de implementação de medidas de identificação, proteção, deteção, resposta e recuperação contra as ameaças que possam colocar em causa a segurança das suas redes e sistemas de informação e, desta forma, da informação nela contida.

É, por isso, inadiável o estabelecimento de uma Estratégia Nacional de Cibersegurança, fundada no compromisso nacional de aprofundar a segurança das redes e da informação, como forma de garantir a proteção e defesa do ciberespaço de interesse nacional e potenciar uma utilização livre, segura e eficiente do mesmo, por parte de todos os cidadãos, das empresas e das demais entidades públicas e privadas.

## 6.5 Construir Infraestruturas

Construir infraestruturas de nível internacional é fundamental para garantir o salto qualitativo que precisa ocorrer, para que Cabo Verde seja capaz de competir com outros centros de serviços em todo o mundo. A vontade de se tornar num polo de serviços de elevado valor no Atlântico Médio só será concretizada se Cabo Verde fizer os investimentos necessários na construção de infraestruturas.

Cabo Verde não se pode dar ao luxo de perder mais uma Legislatura. O nosso país precisa de uma nova abordagem e formas criativas de enfrentar os desafios da construção de infraestruturas. Primeiro, trabalharemos para consolidar o desenvolvimento de infraestruturas.

turas, promover a eficiência e, também, a sustentabilidade. Enquanto consolidamos, continuaremos a investir para resolver as principais lacunas no desenvolvimento de infraestruturas em Cabo Verde. Isso incluirá investimentos para construir e manter as infraestruturas. Em segundo lugar, promoveremos a infraestrutura de eficiência, de modo a apoiar a agenda do país de mudança estrutural e transformação económica. Alinharemos o desenvolvimento da infraestrutura com a visão nacional. Isso incluirá assegurar que as políticas, os procedimentos e os mecanismos para mapear e priorizar as necessidades, alocar recursos e desenvolver e implementar projetos de infraestrutura estejam alinhados com a necessidade de competitividade nacional. Em terceiro lugar, garantiremos a sustentabilidade em várias dimensões, incluindo a económica, financeira e ambiental. A nossa aposta, portanto, é enfrentar os desafios das infraestruturas com estratégias ousadas e ideias inovadoras, seja nas vertentes de energia, transportes ou água.

### 6.5.1. Enfrentar o desafio da energia.

Cabo Verde tem feito progressos significativos no setor da energia. Entre 2001 e 2016, o acesso à energia aumentou de cerca de 58% para 90% de cobertura. O objetivo agora é garantir 100% de acesso, reduzir o custo da energia e promover a eficiência no setor. Faremos uma grande aposta nas energias renováveis e trabalharemos de forma enérgica, no sentido de tornar Cabo Verde um país livre de combustível fóssil na geração de energia.

**Rumo a 100% de Energia Renovável.** A única forma de resolver o desafio energético em Cabo Verde é ser ousado. Atuar superficialmente não é suficiente. É particularmente importante, agora que o mundo está a mover-se em direção às energias renováveis e muitos países estão a prometer ser neutros em carbono, enquanto algumas cidades já anunciaram datas futuras em que já não permitirão nas suas estradas carros que usem combustível fóssil.

Cabo Verde precisa aproveitar esta onda e agarrar as oportunidades para se tornar o primeiro país a obter 100% da sua energia/eletricidade a partir de fontes renováveis. Embora pareça extremamente ambicioso, estudos realizados em 2014 mostraram a factibilidade desta meta. Também ficou demonstrado que recentes evoluções tecnológicas permitem armazenar a energia. Um subproduto importante do plano será a criação de uma nova economia, utilizando a um custo marginal o excesso de energia produzido, viabilizando a agricultura irrigada, a cadeia de frio para congelação e o armazenamento a frio do pescado, as viaturas elétricas, bem como a venda de serviços de engenharia de energias renováveis.

É hora de Cabo Verde ter uma estratégia e um plano robustos para prescindir dos combustíveis fósseis. Isso permitirá criar uma onda de apoio a Cabo Verde em todo o mundo. Com um planeamento cuidadoso e uma estratégia robusta, estamos confiantes de que encontraremos parceiros (em fundações internacionais, setor privado e governos) dispostos a trabalhar com Cabo Verde nesta frente

Precisaremos, também, de uma mão-de-obra treinada e tecnicamente qualificada para apoiar a operação e manutenção das infraestruturas. Precisamos de formar pessoas. Vamos expandir a oferta da CERMI e utilizar a oportunidade de internacionalização, procurando formar uma mão-de-obra de energias renováveis para toda a região da CEDEAO. Isto permitirá a Cabo Verde exportar serviços, bem como trazer estudantes regionais para formação em Cabo Verde para obterem rendimentos, uma vez que é agora claro que o futuro é a energia renovável.

**Modernizar a rede elétrica.** Um dos principais desafios enfrentados pelo setor da energia em Cabo Verde, há já algum tempo, são as perdas técnicas, que são bastante elevadas. Este é um problema derivado do alto custo de geração de energia em Cabo Verde. A nossa aposta é melhorar a rede, de forma a reduzir as perdas técnicas e tornar a energia mais barata para os cabo-verdianos. Dado o nosso interesse em avançar para as energias renováveis, Cabo Verde precisará de uma rede inteligente que também seja capaz de absorver a energia produzida a partir de fontes renováveis

**Melhorar a gestão comercial da Electra.** O nosso plano exige trabalhar com a Electra para melhorar a gestão comercial, o que é importante devido aos elevados níveis de perdas comerciais implicando uma perda substancial de receitas. Para tal, haverá necessidade de reformas. É importante tornar mais fácil a leitura dos contadores pelos clientes e o pagamento das suas contas, sem terem que fisicamente deslocar-se à empresa. Os esforços atuais da Electra, precisarão ser reforçados para tornar mais fácil a todos os clientes fazer os seus pagamentos através da web, de aplicativos móveis e outras formas de pagamento.

### 6.5.2. Vencer o desafio de mobilização da água

**Mobilizar água.** Cabo Verde é um país árido, que se insere na zona do Sahel. O resultado são baixos níveis de precipitação. A situação tem-se agravado, com secas prolongadas devido aos impactos das mudanças climáticas. Assim, Cabo Verde teve de investir recursos substanciais na dessalinização da água do mar para uso doméstico e industrial. A construção de barragens e as reformas iniciadas no setor conduziram a mudanças significativas. No entanto, o desafio persiste. Os planos para integração da rede de distribuição em Santiago, assim como as reformas institucionais, precisam ser consolidados e alargados a outras ilhas, para melhorar a gestão do setor da água, propiciar eficiência, melhorar o acesso e reduzir custos. Os esforços devem, também, facilitar a redução da perda de água e das redundâncias institucionais desnecessárias no setor.

Embora as reformas promovam eficiências, elas não são suficientes. É preciso continuar a investir na mobilização de água doce quando chove. O governo anterior liderado pelo PAICV fez investimentos substanciais na construção de barragens. Infelizmente, o governo, durante a IX Legislatura, não fez nenhum investimento significativo na mobilização de água. A nossa aposta é reverter essa tendência e reiniciar o processo de aumentar a capacidade de o nosso país mobilizar e aproveitar a água da chuva, especialmente para apoiar o setor



agrícola. A mobilização de água também será associada ao nosso plano para garantir 100% do nosso fornecimento de energia, a partir de fontes de energia renováveis em Cabo Verde.

### 6.5.3. Unificar o país com transportes eficientes

O setor dos transportes está mais desafiador hoje do que nunca. Embora o governo atribua a culpa à COVID-19, o que é evidente, para todos, é que o setor já enfrentava dificuldades muito antes. A COVID-19, essencialmente, tornou a situação desastrosa. A realidade é que este governo da IX Legislatura tomou uma série de decisões erradas e fez maus negócios, um após o outro. O governo, de cada vez, parece preferir soluções externas às domésticas. Em vez de enfrentar as questões e desenvolver o que encontraram ao assumir o poder, simplesmente decidiram terceirizar as suas responsabilidades num processo que excluiu, de facto, os nacionais. Os resultados hoje são que o transporte marítimo entre as ilhas está pior do que antes; da mesma forma, os transportes aéreos são mais caros e menos confiáveis. Agora, no final da IX Legislatura, estamos a pagar mais por serviços que são inferiores, em qualidade e disponibilidade.

Foi-nos dito, a nós, cidadãos, que isso foi feito para reconstruir o setor dos transportes; para voltar ao mercado e afastar o governo do processo. Infelizmente, o que aconteceu foi o contrário; doámos os nossos ativos nacionais; perdemos oportunidades de desenvolver o nosso próprio setor privado e estamos agora a pagar o preço da tomada de decisão errada, de um governo ideologicamente confuso.

A mudança é necessária. A nossa aposta é provocar essa mudança, com uma abordagem de bom senso, para reconstruir o nosso setor dos transportes. Somos um país geograficamente fragmentado. Como tal, é fundamental que tenhamos uma estratégia de transporte robusta, para unificar o nosso país e o seu mercado. Garantir a facilidade de movimento dos cidadãos e a movimentação de mercadorias, em todo o país, é fundamental, para garantir que tenhamos um mercado nacional unificado. Especificamente, pretendemos renovar o transporte marítimo inter-ilhas, o transporte aéreo e transformar o setor naval.

#### 6.5.3.1. Reconstruir o setor de transporte aéreo

**Renegociar o acordo de privatização da companhia aérea nacional.** A nossa primeira tarefa será rever e renegociar o acordo de privatização da nossa companhia aérea nacional. O acordo não é do interesse nacional e deve ser revisto para garantir que atenda aos objetivos de facultar serviços de qualidade a preços razoáveis e ajude a unificar o mercado nacional.

**Renovar e recapitalizar a nossa companhia aérea nacional.** O nosso objetivo é fazer o que o governo deveria ter feito na IX Legislatura. A Cabo Verde Airlines precisa de reestruturação e recapitalização. Qualquer negociação deve facilitar a reorganização da companhia aérea, garantir que ela seja otimizada, eficiente e capaz de fornecer serviços de qualidade, a baixo custo. Isso exigirá recapitalização e reorganização da companhia aérea, para atender ao interesse nacional.

**Recuperar as operações domésticas.** Uma das decisões escandalosas do governo da IX Legislatura foi o encerramento das operações domésticas da companhia aérea nacional e as decisões de abandonar alguns mercados nacionais críticos, incluindo o cancelamento de voos internacionais de São Vicente, quando o concorrente aumentava o número de voos a partir dessa ilha. Empreenderemos um processo que inclua a revisão estratégica, a formulação de estratégia e o desenvolvimento de um plano de ação, para garantir a reintrodução dos serviços domésticos. Isso acabará com o monopólio das viagens aéreas domésticas e facilitará a melhoria dos serviços.

**Implementar o acordo de céu aberto.** Ao mesmo tempo que a reconstrução da nossa companhia aérea nacional é crucial, procuraremos também implementar o acordo de céu aberto para proporcionar mais opções aos cabo-verdianos. O objetivo de fazer de Cabo Verde um centro de viagens internacionais continua a ser uma parte importante da nossa estratégia. É a chave da nossa agenda e é importante para os nossos planos de diversificar o setor do turismo e de nos reposicionarmos para segmentos de maior valor acrescentado do mercado turístico. Introduziremos incentivos para atrair companhias aéreas com grande interesse em ligar a América do Sul, África, Europa e as Américas, para estabelecer um hub regional em Cabo Verde.

**Reforçar o ambiente regulatório.** O nosso objetivo é fazer crescer o setor da aviação em Cabo Verde. Isso requer maior capacidade de supervisão e regulamentação, para garantir a segurança e assegurar que as empresas que operam no setor prestem serviços de qualidade, a preços competitivos. Garantiremos reguladores altamente treinados, modernizaremos as práticas e forneceremos as ferramentas necessárias para a agência reguladora. Além disso, é importante fortalecer a sua autonomia e independência e nunca colocar o país numa situação em que uma empresa privada possa ameaçar ou chantagear novamente o nosso país.

#### 6.5.3.2. Reconstruir o setor marítimo

**Renegociar o acordo de transporte marítimo inter-ilhas.** A reconstrução do setor do transporte marítimo começará com a revisão e renegociação do acordo para o transporte inter-ilhas. O acordo não está a surtir efeito e precisa ser revisto para garantir que beneficie Cabo Verde. O nosso plano é explorar as opções de assegurar duas concessões nacionais, ter garantias de serviço mínimo e facilitar as ligações intermodais com o transporte aéreo.

**Transformar a CABNAVE.** A CABNAVE foi construída pelo governo em 1982, para ajudar a desenvolver o setor naval, como um estaleiro de serviços e para construir pequenos navios. Um processo de concessão lançado pelo governo anterior, liderado pelo PAICV, foi cancelado pelo atual governo sem motivo aparente. A nossa aposta é relançar o processo e garantir a atração de um parceiro com visão de transformar a CABNAVE num estaleiro regional, servindo as frotas pesqueiras da sub-região, navios que cruzam o Atlântico-médio e construindo barcos e iates de lazer, de pequeno e médio porte, dinamizando, assim, a economia da ilha de São Vicente.

**Subconcessão da gestão dos portos cabo-verdianos.** O atual governo também cancelou a subconcessão concluída e que deveria ser assinada em 2016. Quatro anos depois, o país continua à espera. A nossa aposta é reformular o processo e agilizar a subconcessão da gestão dos portos para atrair parceiros estratégicos com alcance e capacidade globais. O nosso objetivo é integrar melhor Cabo Verde na África Ocidental e tornar o país num centro de serviços de transporte marítimo e de transbordo, utilizando, numa primeira fase, a capacidade portuária existente. Assinaremos um contrato de subconcessão apenas com um parceiro capaz de investir e desenvolver os serviços de transbordo em Cabo Verde.

## 7. A NOSSA AGENDA PARA A LEGISLATURA 2021-2026: EMPREENDER MUDANÇAS ESTRUTURAIS

Enquanto a primeira parte da nossa Agenda se centrou na construção das bases para um novo arranque, o segundo nível de intervenções centrar-se-á na mudança estrutural e no crescimento de novos setores industriais e de serviços. O objetivo é aproveitar a nossa localização estratégica para nos tornarmos um centro internacional de serviços de alto valor acrescentado. Precisamos usar a tecnologia e procurar ideias criativas, para garantir mudanças estruturais da nossa economia. Precisamos, também, de nos concentrar no que podemos fazer bem. Quatro áreas se destacam: nova agricultura, economia digital, mar e pesca, e novo turismo.

### Transformando o cluster do Mar e da Pesca

Fazer crescer os subsectores existentes (Reparação naval e construção naval, Transbordo, Turismo de Cruzeiros)  
 Edificar novas atividades económicas (Agricultura, marítima, Exploração e investigação no mar, Energia marinha, Desportos Náuticos)

### Construindo uma nova agricultura

Novas abordagens à agricultura  
 Apoio ao desenvolvimento de capacidades e à investigação e desenvolvimento

### Transformando o cluster do Mar e da Pesca

Fazer crescer os subsectores existentes (Reparação naval e construção naval, Transbordo, Turismo de Cruzeiros)  
 Edificar novas atividades económicas (Agricultura, marítima, Exploração e investigação no mar, Energia marinha, Desportos Náuticos)

### Construindo uma economia do conhecimento

Impulsionar Star Up inovadores  
 Star Up Cabo Verde  
 Projeto nacional de outsourcing  
 Atrair empresas de ciência e tecnologia para Cabo Verde  
 Eventos de ciência e tecnologias e inovação de pequena a média dimensão  
 As economias Criativas



## 7.1 Modernizar o Sector e edificar uma Nova Agricultura

O mundo já está a enfrentar o aumento da imprevisibilidade do impacto das mudanças climáticas. Países como Cabo Verde enfrentam secas mais frequentes e prolongadas e quando chove os riscos de inundações aumentam. Isso tem implicações significativas para a agricultura. A situação em Cabo Verde torna-se mais desafiadora devido à limitação de solo arável e a muitos outros constrangimentos, que dificultam o desenvolvimento do setor agrícola. Muitos cabo-verdianos, especialmente os das áreas rurais, dependem grandemente da agricultura. Muitos dos nossos jovens poderiam ganhar a vida e investir na produção de alimentos para consumo local ou produtos de alto valor acrescentado para exportação e o setor do turismo. Mas, o que é claro, agora, é que as secas recorrentes, induzidas pelas mudanças climáticas, irão provavelmente piorar.

Devemos, portanto, atuar a dois níveis:

- Modernizar o existente e avançar com uma Nova Agricultura, para o futuro.

### 7.1.1. Uma Empresarialização necessária

Uma grande parte da nossa população cabo-verdiana vive no mundo rural, onde, aliás, se concentra a pobreza em maior profundidade e com maior acuidade.

A estratégia de uma intervenção direta, pela via da modernização da agricultura, para garantir as mudanças necessárias no mundo rural deve ser desenvolvida.

Defendemos o relançamento da Agricultura, pela via da sua modernização, com uma estratégia clara de mobilização e uso eficiente da água.

O sector tem muitas potencialidades, que devem ser aproveitadas:

- a). A contínua mobilização de água, com recursos, também, à dessalinização, em grande escala;
- b). O investimento em energias renováveis, para reduzir, para a metade, o custo da água mobilizada;
- c). A gestão e manutenção das infraestruturas existentes, enquanto mais-valia que terão um papel determinante na agregação de valor aos produtos;
- d). A garantia do transporte inter-ilhas para promover o correto e necessário escoamento dos produtos;
- e). A política de incentivo empresarial, a par de um sistema de financiamento e de micro-seguros que tenha em consideração a sazonalidade da atividade;
- f). A organização da produção e dos produtores, como forma de ultrapassar as questões fundiárias e o excessivo parcelamento da terra, que põem em risco o fornecimento em maior escala.

O objetivo é, sim, aumentar a capacidade de mobilização da água para agricultura (lançando mão, também, das novas tecnologias), aumentar a área irrigada, empoderar os produtores, aumentar significativamente a produção, promover o seu escoamento com um sistema fiável de transportes e garantir o abastecimento dos mercados nacional, turístico e da diáspora.

Com isso, alcançaremos o objetivo de aumentar a participação da agricultura no PIB, aumentaremos os rendimentos das mulheres e dos homens do campo, combateremos a pobreza e aumentaremos as oportunidades.

### 7.1.2. Edificar uma nova agricultura

Devemos repensar rapidamente a agricultura, para além das propriedades tradicionais que dependem grandemente de água e solo. Estes são fatores que não temos em quantidade suficiente. Precisamos pensar na agricultura moderna, impulsionada pela tecnologia, assim como na agricultura marinha. Devemos encontrar formas de cultivar novos tipos de produtos de alto valor, que sejam resistentes à seca. Isso exigirá formação e adoção de novos métodos e tecnologias. É nisso que o nosso governo se centrará, para garantir que possamos edificar um setor agrícola próspero, que não dependa muito de água e de solo. Será isso possível? Sim, é. E temos exemplos em todo o mundo, desde o cultivo em hidromembranas até à agricultura marinha.

A nossa aposta, portanto, é uma mudança na agricultura em Cabo Verde. O nosso plano é revolucionar o setor agrícola com uma mudança gradual de alta dependência da agricultura baseada no solo e nas chuvas. Isso exigirá a renovação da estrutura institucional, investindo em tecnologia, trabalhando em estreita colaboração com os agricultores (para facilitar a transição), garantindo o acesso a empréstimos de baixo custo e a mercados. A adoção tecnológica será crítica, assim como a necessidade de recolha e análise de dados. As intervenções específicas incluirão:

#### **Novas abordagens para a agricultura**

As realidades emergentes ditaram a necessidade de transformar a agricultura em Cabo Verde. O investimento na construção de barragens (para mobilização de água) e o apoio à adoção da irrigação gota-a-gota elevaram o nível. Estas iniciativas políticas fizeram da agricultura, pela primeira vez, um negócio em Cabo Verde. Agora, é hora de outra mudança, para reduzir a dependência das chuvas e do solo. Isso exigirá a adoção de novas abordagens para a agricultura. A boa notícia é que Cabo Verde iniciou experiências de hidroponia. A experiência deve ser reforçada e garantir que mais agricultores sejam apoiados para fazer a mudança, especialmente os jovens. Entre as opções a serem exploradas estão a hidroponia, a aquaponia, a agricultura vertical, o cultivo em hidromembranas e a agricultura marinha. O governo e instituições como o INIDA desempenharão um papel importante na avaliação, formação e apoio para ajudar os agricultores a adotarem as abordagens mais adequadas às suas necessidades.

## **Apoiar a capacitação, bem como a investigação e desenvolvimento**

Mudar para uma agricultura baseada em tecnologia requer extensa investigação e desenvolvimento, assim como formação. O nosso plano é modernizar o Instituto Nacional de Investigação e Desenvolvimento Agrário (INIDA), que faz agora parte da Universidade de Cabo Verde. O nosso plano é construir o INIDA como a principal instituição centrada na formação e investigação e desenvolvimento no sector, bem como desempenhar um papel importante na mudança que deve ter lugar no sector agrícola. Uma parte fundamental do seu trabalho de investigação incidirá na avaliação e desenvolvimento de novas variedades de culturas ou produtos que sejam mais adequados para Cabo Verde.

## **Novos serviços de extensão**

A mudança para novas abordagens agrícolas e a adoção de novas tecnologias exigem melhor assistência técnica e apoio aos agricultores. Na fase inicial, haverá necessidade de melhor apoio, melhor prestação de serviços e assessoria. Como tal, a nossa aposta é renovar os serviços de extensão do Ministério da Agricultura. O INIDA também será incluído como parte dos esforços para fornecer serviços de extensão. O serviço de extensão será reforçado e a formação facultada. Isso é necessário para que serviços de extensão modernos, usando novas tecnologias como o smartphone, possam ser desenvolvidos, para fornecer serviços e apoio aos agricultores.

## **Plataforma Nacional Digital para a Agricultura**

O nosso plano de transição para o governo digital também terá impacto no setor agrícola, com o objetivo de facilitar a melhoria da prestação de serviços aos agricultores e ajudar no crescimento do setor. Adotando tecnologia digital pretendemos construir uma plataforma digital para a agricultura, que incluirá um portal e um aplicativo móvel que pode ser usado para fornecer serviços aos agricultores, fornecer informações, dar formação e facilitar o acesso a mercados. A plataforma também pode ser usada para apresentar contributos e subsídios.

## **Acesso a mercados**

O nosso plano é desenvolver um programa de acesso ao mercado, para apoiar produtos de nicho a entrar no mercado turístico e no mercado de exportação. Temos de redobrar os nossos esforços para reforçar a ligação entre os produtores locais e o sector do turismo, a fim de assegurar que uma parte dos bens e serviços consumidos pela indústria do turismo seja obtida localmente. Este programa incluirá o estabelecimento de padrões e o apoio aos produtores com formação, subsídios e I&D para fazer face às exigências. Aqueles que cumprirem os requisitos, receberão um selo de qualidade nacional e participarão dos esforços de marketing nacional para colocar os seus produtos no mercado. Esforços direcionados serão feitos para produtos em setores importantes, incluindo o queijo, o vinho e a popular aguardente de cana-de-açúcar, assim como outros produtos de elevado valor. Além disso, tal como acima referido, quando apropriado, apoiaremos

o crescimento e sucesso destes produtos de nicho, através de aquisições estatais e compra de bens, particularmente produtos oriundos das novas técnicas agrícolas, tais como legumes, queijo e frutas, que podem ser utilizados em cantinas escolares e refeitórios da administração pública.

### **Mobilizar água**

Esforços para mobilizar água serão desenvolvidos. O investimento será feito para facilitar a mobilização da água da chuva e o tratamento da água salobra para uso na agricultura. Também serão feitos esforços para garantir uma gestão profissional e melhorar as barragens e a manutenção e distribuição de água aos agricultores.

## **7.2 Construir uma Economia do Conhecimento**

A pandemia da COVID-19 teve um grande impacto em Cabo Verde. Essencialmente, paralisou a economia e demonstrou, com propriedade, as implicações de uma mono-economia e dependência excessiva de uma única atividade económica. A dependência contínua do turismo, como o motor da economia cabo-verdiana, não é nem sustentável nem desejável a longo-prazo. É, portanto, hora de começar a reequipar a economia cabo-verdiana, de modo a proceder à mudança estrutural e à diversificação económica. Para diversificar a sua economia, Cabo Verde terá de fazer uma grande aposta na inovação, com foco na economia digital. A inovação é o principal motor do crescimento económico de longo-prazo. Os rápidos avanços tecnológicos, inclusive em tecnologias digitais, apresentam a mercados emergentes, como Cabo Verde, oportunidades únicas e sem precedentes.

A escolha da economia do conhecimento está ancorada nos avanços significativos realizados na governação eletrónica, sob a liderança do NOSI, e no surgimento de empresas de tecnologia no setor privado na última década. Além disso, os desafios que Cabo Verde enfrenta dão uma posição de partida única e oportunidades de inovação para resolver os problemas que o país enfrenta. Resolver os problemas nacionais pode ser a base para o desenvolvimento de produtos para exportação. Como se costuma dizer, “a necessidade é a mãe da invenção”. Cabo Verde precisa integrar uma pequena nação, que está espalhada por 9 ilhas habitadas e com apenas 550.000 habitantes, aproximadamente. O mercado cabo-verdiano é fragmentado e demasiado pequeno. As pessoas têm dificuldade em obter serviços públicos e sentem-se isoladas. Além disso, temos uma diáspora dispersa por todo o mundo. Resolver este desafio poderia ser a base do surgimento de um setor de economia digital de elevado desempenho.

Embora o setor da tecnologia esteja a emergir em Cabo Verde, o governo não dispõe de um quadro estratégico para a inovação ou para o desenvolvimento da economia digital. O ecossistema para a inovação continua fraco, apesar dos inúmeros programas do governo, pois as várias atividades não têm âncora e são desarticuladas. O governo está essencialmente envolvido em atividades sem uma estrutura de orientação. O nosso plano é adotar

a abordagem dos sistemas nacionais de inovação (SNI), que propõe que a inovação dependa da força de relações entre os principais stakeholders, incluindo governo, indústria e academia. Cada um tem papéis específicos a desempenhar. Além disso, o plano ou as ações serão orientados por quatro princípios básicos, defendidos pela União Europeia na defesa da economia digital: (i) as pessoas importam - investir na capacidade e na competência das pessoas como catalisadoras da inovação, (ii) conhecimento é poder - investir e facilitar o fluxo livre de conhecimento, (iii) trabalhar em conjunto para resolver problemas - promover a colaboração entre os stakeholders, e (iv) regras e políticas para apoiar e não criar obstáculos - o governo deve garantir que as suas ações promovem e não impedem a inovação. As intervenções específicas do programa incluirão:

### 7.2.1. Impulsionar startups inovadoras

Hoje, em Cabo Verde, o facto é que a maior parte das startups de TI ou tecnologia encontram-se em permanente fase de startup. Para complicar ainda mais a situação, há uma quase ausência de capital de risco. Os programas públicos para angariar financiamento não são adequados, dado o contexto e a especificidade do setor da tecnologia. A maioria dos programas públicos concentrava-se em procurar as próximas startups. Infelizmente, não há estratégia ou planos para o dia seguinte. A nossa aposta, portanto, é conceber e iniciar a implementação de um programa para expandir a inovação para além de Cabo Verde no mercado global. Este programa terá vários elementos.

Em primeiro lugar, o governo servirá de catalisador para aumentar e impulsionar o financiamento de capital de risco em Cabo Verde. Isto pode incluir programas apropriados e ajudar a mobilizar financiamento para capital de risco em Cabo Verde, através de agências internacionais de desenvolvimento, e atrair empresas de capital de risco para se instalarem em Cabo Verde. O governo também implementará incentivos de política, para tornar o financiamento de startups, pelo setor privado, menos arriscado e potencialmente muito lucrativo, através de incentivos fiscais amplos.

Em segundo lugar, o governo também servirá de catalisador para um programa nacional de business angels e mentores. O objetivo é ter uma rede de executivos de empresas de tecnologia e negócios experientes, que possam apoiar empresas startup em Cabo Verde, servindo como mentores e coaches.

### 7.2.2. Lançar a Startup Cabo Verde

O governo cabo-verdiano tem anunciado uma série de programas para incentivar empresas startups. Outros participantes, como as telecomunicações, o sistema das Nações Unidas, as empresas de telecomunicações e as associações empresariais, também estão envolvidos nas competições de startups. O desafio, entretanto, é que o apoio para as startups tende a terminar depois do impulso inicial. O dia seguinte é um problema e o facto é que é nessa fase que as startups precisam mesmo de apoio. O nosso plano será reunir os vários atores



para lançar, em conjunto, o Startup Cabo Verde, que terá como objetivo promover startups de tecnologia, incluindo assessoria, por um período de tempo sustentado. Além disso, pretende-se também abrir o programa aos cabo-verdianos da diáspora e a outros que tenham interesse em localizar as suas empresas em Cabo Verde.

### **7.2.3. Desenvolver o Projeto Nacional de Outsourcing**

A proximidade de Cabo Verde dos principais mercados e o seu fuso horário são ativos importantes. Os jovens cabo-verdianos estão cada vez mais capacitados e têm demonstrado capacidade de adquirir competências linguísticas. Pretende-se aproveitar estas vantagens e usá-las como base para o desenvolvimento de um projeto que torne Cabo Verde um polo de outsourcing. Isso exigirá estratégia, organização de empresas nacionais, realização de roadshows e esforços promocionais contínuos, para fazer com que as empresas cabo-verdianas prestem serviços de outsourcing para empresas e organizações internacionais.

### **7.2.4. Atrair empresas de ciência e tecnologia para Cabo Verde**

Uma realização fundamental do último governo liderado pelo PAICV foi o Parque Tecnológico, que ainda está em construção. O nosso plano é desenvolver um programa de incentivos para atrair grandes empresas emergentes de tecnologia com interesse em África para se instalarem em Cabo Verde. O objetivo é fazer com que as empresas instalem a sua sede ou sucursal africana em Cabo Verde.

### **7.2.5. Especializar-se em eventos de ciência, tecnologia e inovação de pequena e média dimensão**

Cabo Verde é hoje conhecido como destino turístico. Os eventos MICE (reuniões, incentivos, conferências e exposições) são uma oportunidade única para a diversificação do turismo em Cabo Verde. Esta é uma área que ainda não conseguimos desenvolver. A nossa aposta é formular e implementar uma estratégia para trazer eventos importantes MICE para Cabo Verde, com foco em eventos de ciência, tecnologia e inovação. O nosso objetivo é nos especializarmos em eventos de pequeno e médio porte do setor da tecnologia. Devemos oferecer um ambiente que permita que os elementos on/off-line dos eventos sejam combinados. São eventos que podem ser realizados no centro de convenções do Parque Tecnológico em construção.

### **7.2.6. Apostar nas Economias Criativas**

Um elevado crescimento económico, embora importante, não é suficiente para a erradicação da pobreza. Neste contexto, novos modelos e novas fontes de crescimento económico são decisivos para o efeito do crescimento na redução da pobreza, de uma forma sustentável e duradoura. As Economias Criativas, pela sua natureza, são um potencial para diminuir as desigualdades sócio-económicas, devido à sua forte tendência para reduzir a pobreza.

As Economias Criativas abrangem todos os sectores que envolvem criação (artística ou intelectual), assim como os produtos e serviços ligados à fruição e difusão, incluindo sectores artísticos (música, audiovisual, artes cénicas performativas, artes visuais).

O desemprego entre os jovens diminui drasticamente a capacidade de novas gerações de aprender as competências necessárias para entrar e participar dos sectores produtivos da economia. Os jovens representam a força motriz criadora no sector das Economias Criativas. As áreas das Economias Criativas têm uma enorme capacidade de absorção das competências jovens. É um sector altamente empregador, gera empregos em todos os níveis, com grande destaque para os do sector informal e os de alta qualificação. Gera produtos com alto valor agregado, cujo valor de venda é arbitrável pelo criador.

As Economias Criativas aparecem como um sector de atividade ainda não explorado, mas altamente gerador de empregos, baseado em talentos natos ou adquiridos na comunidade. O impacto destes sectores na economia nacional só será sentido se otimizados dentro de uma estratégia de cluster, tomando este conceito como um sistema para colocar em rede ou entrelaçar unidades independentes de funcionamento. Isso otimiza as funções e as potencialidades das unidades individuais, em vez de só as explorar.

Regista-se um escasso aproveitamento das vantagens competitivas próprias como: Prestígio musical e cultural, Cultura Crioula, Situação geográfica, Clima, Estabilidade, Parceria do Estado. Por isso, o Governo do PAICV da X Legislatura tomará, entre outras, as medidas seguintes:

- Aprovação de um pacote de Leis sobre a Economia da Cultura, nos quais os incentivos fiscais e parcerias público-privadas estarão estabelecidos;
- Certificação das empresas e os empresários na área das Economias Criativas;
- Criação de programas de incentivos à empresarialização cultural e gestão de contrapartidas, visando financiar os promotores que exportam a cultura de Cabo Verde, a capacitação dos agentes culturais em diversas áreas para constituição de sociedades comerciais, e empresas na área da cultura;
- Organização de grandes eventos mundiais em Cabo Verde, em co-financiamento com parceiros externos e fomento à exportação e internacionalização da música e dos bens culturais de Cabo Verde;
- Criação do Bureau de Eventos, Exportação da Música e de Bens Culturais de Cabo Verde

### 7.3 Vencer o desafio de Criar um Novo Turismo

O turismo é o núcleo da economia nacional. Embora o rápido crescimento no setor do turismo tenha gerado um boom em Cabo Verde, também criou um risco sistémico, dada a especialização do nosso país no turismo e os altos níveis de concentração no setor. Por exemplo:

- 76% dos turistas que visitaram Cabo Verde em 2019 eram provenientes de seis países europeus - Reino Unido, Alemanha, Holanda, Portugal, França e Itália;
- A esmagadora maioria dos turistas que chegam a Cabo Verde são trazidos por dois operadores;
- Os visitantes vêm, essencialmente, pelo sol e pela praia;
- O turismo concentra-se em duas ilhas.

É evidente que o Turismo enfrenta, no presente, pelo menos, 4 desafios, nomeadamente o da Competitividade, o da Sustentabilidade, o da Concentração e o da necessidade de Maximização do impacto sobre a riqueza e bem-estar dos cabo-verdianos

#### **É preciso, portanto:**

- Vencer o desafio da Competitividade;
- Ganhar o desafio da sustentabilidade;
- Combater a concentração; e
- Garantir a maximização do seu impacto líquido.

O baixo valor acrescentado nacional no setor do turismo limita os ganhos para os nacionais; isso também é um desafio, visto que os benefícios para Cabo Verde são limitados. A cadeia de abastecimento é integrada e os consumos provêm em grande parte do exterior. Diante dessas realidades, a nossa aposta é transformar o setor do turismo. O nosso plano é continuar a fazer crescer o setor, mas com ênfase no crescimento do turismo de elevado padrão, com maior valor acrescentado pelas empresas nacionais. Isso exigirá diversificação em muitos níveis: a oferta de produtos, a origem dos turistas e o destino dos turistas em Cabo Verde. O nosso plano é, finalmente, concretizar o slogan 10 ilhas, 10 destinos. A estratégia incluirá o desenvolvimento de novas ofertas para aumentar o número de turistas culturais e ecoturistas, edificar o setor do turismo de eventos, através da especialização em eventos relacionados com a ciência e tecnologia, enquanto trabalhamos para garantir um maior envolvimento dos cabo-verdianos na gestão e apropriação do setor.

### 7.3.1. Formular um novo plano-diretor do turismo

É hora de formular uma nova agenda para o setor do turismo, com uma visão abrangente e estratégia, metas específicas e plano de ação. A única forma de materializar a mudança desejada no setor começa com um roadmap. O plano-diretor é necessário para fornecer o roadmap. Esta será uma das primeiras ações do governo - reunir os stakeholders para formular a estratégia para atingir a visão e, ao mesmo tempo, abordar as limitações que o setor enfrenta.

### 7.3.2. Rever e reformar o ambiente institucional

O setor do turismo inclui hoje muitos atores institucionais. O recém-criado Instituto do Turismo, a Cabo Verde Trade Invest, a Sociedade para o Desenvolvimento do Turismo da Boa Vista e do Maio e o Ministério do Turismo e Transportes. No setor privado, destaca-se o grupo empresarial, Câmara de Turismo, que também deverá apoiar o governo na implementação da sua estratégia de turismo no que diz respeito ao marketing. Uma pergunta que precisa ser feita é se essas instituições são todas necessárias? Cada uma tem os recursos necessários para cumprir os seus mandatos no que diz respeito ao turismo? Os seus mandatos estão claramente demarcados para limitar as duplicações ou a falta de clareza de funções? E, todas elas são necessárias ou algumas poderiam ser fundidas para facilitar a massa crítica de competências e recursos? Estas e outras questões são cruciais e precisam ser respondidas como parte da revisão do ambiente institucional do setor, para que uma reforma institucional possa ser realizada. É importante garantir que a conceção institucional seja apropriada e capaz de ajudar a impulsionar a implementação do plano-diretor.

### 7.3.3. Apostar em reuniões, incentivos, conferências e exposições (MICE)

Uma forma rápida de diversificar o setor do turismo será apostar nos MICE e implementar uma estratégia robusta para atrair eventos MICE para Cabo Verde. Isso exigirá uma estratégia robusta, marketing excelente e pacote direto de incentivos a serem oferecidos às empresas de grandes eventos. A competição para a realização de eventos é elevada e Cabo Verde terá de competir de forma agressiva. Na fase inicial, Cabo Verde pode especializar-se em eventos de pequena e média dimensão, ao mesmo tempo que facultar pacotes e ofertas exclusivas para atrair agências de eventos globais para sediar os seus eventos em Cabo Verde.

### 7.3.4. Desenvolver novas abordagens de marketing

Cabo Verde não tem recursos para competir de frente em marketing com mercados de turismo estabelecidos. No entanto, podemos ser inovadores e criativos na nossa abordagem de marketing. Precisamos encontrar uma forma de comunicar e comercializar o destino Cabo Verde sem gastar milhões. Podemos criar uma linha de campanha que seja divertida, descontraída e alegre para destacar a qualidade dos destinos. Cabo Verde

terá de apostar no marketing digital; precisamos envolver e atrair os nossos visitantes e qualquer pessoa que conheça Cabo Verde no esforço de marketing, incluindo o uso de concursos, a narração de histórias, etc. O governo também incentivará o desenvolvimento de uma plataforma digital para apresentar Cabo Verde, promover ofertas e realizar um marketing contínuo.

#### **7.3.5. Aumentar o valor acrescentado nacional**

Aumentar a agregação de valor nacional no setor do turismo é um objetivo crítico. Isso exigirá a democratização do setor turístico, garantindo este arranque em todas as ilhas e que as pessoas físicas e jurídicas possam participar da cadeia de valor, oferecendo serviços aos turistas. Há necessidade de investimento para o desenvolvimento de novas ofertas. A ideia de famílias também hospedarem turistas precisa ser desenvolvida e implementada de forma adequada. A nossa aposta é ajudar a transformar este produto. Isso incluirá linhas de crédito para participantes interessados em reformar as suas casas e criar as condições necessárias. Também é necessária formação e definição de padrões e inspeções para controlo de qualidade. Também exigirá marketing e incentivo ao desenvolvimento de um portal digital para apoiar o programa.

Existem também caminhos para os produtores nacionais formarem cooperativas de abastecimento, para poderem participar da cadeia de valor dos hotéis e resorts. Os agricultores são um exemplo e os jovens que terminam a sua formação em agricultura podem ser alvo de apoio. Isso poderia incluir um programa de formação, dando acesso a crédito, normas e controlo de qualidade e uma plataforma digital para conectar os produtores aos hotéis.

#### **7.4 Construir um Cluster de Mar e Pesca**

Numa época passada, os cabo-verdianos já foram muito procurados para marinheiros. É tempo de voltar às nossas raízes e aproveitar a única coisa que temos em abundância, para construir um futuro melhor para todos. Assim, a nossa aposta é fazer de Cabo Verde uma Potência Marítima da próxima geração. Infelizmente, esta legislatura foi um período perdido para Cabo Verde, pois não houve quaisquer conquistas no que diz respeito ao mar e às pescas. Na verdade, podemos não apenas ter parado, mas regredido. Os planos de transbordo de carga estão paralisados. O objetivo de reformar a CABNAVE, para se tornar um grande estaleiro da região no que diz respeito à reparação naval e construção de embarcações de lazer, não teve seguimento. O progresso no que diz respeito ao transporte marítimo inter-ilhas foi prejudicado. Corremos, agora, o risco de perder o que ganhámos no processamento e exportação da pesca. O nosso plano é reiniciar o desenvolvimento do cluster de mar e pesca.

O nosso objetivo de nos tornarmos uma potência marítima no Atlântico Médio visa dominar o mar no sentido da mudança estrutural e da transformação económica. Isso exigirá desenvolver e aproveitar as inúmeras oportunidades que o mar oferece. Pre-

cisamos edificar a nossa capacidade, formar técnicos e especialistas, formar parcerias com os melhores do mundo e estabelecer um reservatório de especialistas em vários domínios, desde a investigação farmacêutica marítima, geração de energia usando a das ondas, pesca e piscicultura marinha.

#### 7.4.1. Construir um Centro de Pesca

Com uma Zona Económica Exclusiva aproximada de 734.000 km<sup>2</sup>, um potencial máximo de captura que pode atingir as 40.000 toneladas, sem contar com as potencialidades inerentes à pesca além-fronteiras, no âmbito dos protocolos existentes, Cabo Verde deve apostar nas Pescas/Mar como uma alavanca para o desenvolvimento e diversificação económica. Denota-se, assim, por exemplo, que a atividade da pesca extrativa em Cabo Verde afigura-se, neste momento, como pouco rentável ou mesmo improdutivo. Esta realidade não está alheia ao facto de se ter uma pesca essencialmente “onshore”, levada a cabo perto da costa ou dentro das águas arquipelágicas, realizada com embarcações algumas vezes obsoletas, pouco eficientes e sem estruturas de suporte a bordo e em terra, gerando, dessa forma, avultados custos operacionais, com um conseqüente lucro operacional residual ou mesmo nulo. A isto soma-se uma atividade de agregação de valor a jusante limitada, por inexistência de uma abordagem integrada, que descara os produtos pesqueiros provenientes da pesca artesanal e impossibilita a diversificação da atividade neste importante subsector.

O nosso objetivo é transformar Cabo Verde num hub pesqueiro de referência no Atlântico Médio, competitivo e focado na agregação de valor sustentável ao pescado e subprodutos derivados. Tal desiderato pode ser alcançado tendo uma política integrada para a cadeia de valor das pescas. Mais especificamente, o nosso plano é:

- Promover valor acrescentado aos produtos provenientes da pesca artesanal, através da certificação, agregação de valor e melhoria do armazenamento/acondicionamento a frio, apostando, para tal, nas unidades de transformação, certificação e agregação de valor ao pescado;
- Promover a “coopetição” (cooperação e competição) entre os intervenientes ligados ao subsector da pesca artesanal, através da criação de cooperativas e/ou empresas comunitárias, como forma de diminuir custos operacionais, aumentar o poder de barganha, incrementar a massa de produtos disponibilizados e beneficiar da economia de escala;
- Focalizar na implementação de ações que proporcionem um benefício efetivo dos regimes SPG+ e AGOA, apoiando os intervenientes ligados ao setor das pescas no cumprimento dos requisitos exigidos, nomeadamente no que às regras de origem disser respeito;
- Apoiar a dinamização da pesca industrial/semi-industrial, através da criação de condições para a maximização da pesca de longo curso/“offshore”, por via do incentivo à renovação de embarcações, redução dos custos operacionais e diversificação da captura-alvo;
- Apoiar o subsector intermédio de processamento/agregação de valor à escala industrial de produtos provenientes da pesca industrial/semi-industrial, através de incentivos direcionados, tendentes à estruturação da atividade, melhoria da eficiência produtiva e conceção e implementação de estratégias de acesso a novos mercados;

- Promover o programa “Exportar Cá Dentro” que possibilite a ligação entre os diferentes sub-setores da cadeia de valor das pescas, com especial destaque para o da pesca artesanal e o nicho de mercado turístico-hoteleiro, através da implementação de medidas transversais, da captura à distribuição, que possibilitem garantir a qualidade, a quantidade, a regularidade e a competitividade desejadas pelo mercado turístico-hoteleiro;
- Apoiar a beneficiação/construção de infraestruturas de suporte à atividade pesqueira ao longo da cadeia de valor, com custos reduzidos de funcionamento, nomeadamente, através do recurso a energias renováveis para a produção de gelo, geração de frio e processamento mínimo pré-distribuição;
- Criar um fundo rotativo que, através de medidas financeiras e não financeiras, contribua para eliminar gargalos críticos do setor, proporcionando, assim, o seu desenvolvimento, a geração de postos de trabalho e, em última instância, a melhoria das condições de vida dos diferentes intervenientes ligados à cadeia de valor das pescas, sejam pescadores artesanais, armadores semi-industriais/industriais ou intermediários de venda de pescado. O fundo rotativo terá em consideração a especificidade e sazonalidade da atividade pesqueira e os desafios relacionados que emergem no plano nacional e internacional;
- Apostar na capacitação inicial e contínua no domínio marítimo-pesqueiro, tendo como destinatários os diferentes intervenientes ligados à cadeia de valor das pescas e aproveitando, para isso, as estruturas centrais criadas ou a serem criadas e os polos móveis existentes;
- Promover uma atuação sistémica e pró-ativa no campo da fiscalização que contribua para mitigar a Pesca Ilegal, Não Declarada e Não Regulamentada, INN, e assegure uma exploração durável e sustentável dos recursos haliêuticos. Atenção especial será dada à capacitação e ao reforço de competências das entidades de fiscalização ligadas ao setor pesqueiro, e outras entidades que, não sendo exclusivamente dedicadas ao setor das pescas, têm, todavia, através da sua atividade do dia-a-dia, um papel importante na fiscalização da atividade marítimo-pesqueira em Cabo Verde; e
- Apostar na investigação haliêutica como suporte à tomada de decisões no plano da definição de políticas de sustentabilidade para as pescas e na melhoria da eficiência operacional, nomeadamente, das atividades levadas a cabo no domínio da pesca industrial, através da disponibilização em tempo real de informações científicas de suporte à localização dos “bancos de pesca”.

#### 7.4.2. Reforçar os subsectores existentes - cruzeiro, construção naval e transbordo

A importância do desenvolvimento de atividades económicas alternativas em Cabo Verde tem levado a esforços, ao longo dos anos, de promoção do turismo de cruzeiros, construção naval e transbordo.

**Turismo de Cruzeiro.** A COVID-19 teve um grande impacto no setor do turismo. As viagens de cruzeiro foram duramente atingidas. A questão, agora, é como reconstruir o subsector e fazê-lo crescer em Cabo Verde após a COVID-19. A nossa aposta é iniciar logo o planeamento. Isso incluirá a mobilização de parceiros e investimento para o financiamento integral do terminal de cruzeiros do Mindelo e para o desenvolvimento das demais atividades ligadas ao turismo de cruzeiros. Isso incluirá hotéis, lojas duty free, restaurantes e guias turísticos. O nosso plano será desenvolver parcerias público-privadas, para facilitar os investimentos na infraestrutura necessária e nos serviços comerciais.

**Reparação e construção naval.** Em 1982, o governo criou a CABNAVE, um estaleiro naval em Mindelo, para construir e reparar navios. A boa notícia é que Cabo Verde tem capacidade para construir embarcações de recreio de pequena e média dimensão e para efetuar reparações em embarcações de todas as dimensões. Porém, por negligência e falta de investimento, não tem conseguido atingir o seu potencial. Um dano crítico para o atual governo foi o cancelamento dos esforços de concessão que foram feitos para levar a um investimento significativo na CABNAVE. A concessão teria conduzido à reconstrução da CABNAVE para iniciar a construção de navios e alargar os seus serviços de reparação. A decisão de cancelar o processo de concessão fez Cabo Verde atrasar-se. A nossa aposta é relançar o processo de concessão e envolver um parceiro do setor privado para investir e transformar a CABNAVE num estaleiro líder no Atlântico Médio. A parceria incluirá, também, programas para capacitar futuros engenheiros e técnicos para construção e reparação de navios.

**Transbordo.** O transbordo foi identificado como uma atividade potencial para Cabo Verde, devido à sua localização estratégica. Na verdade, esta possibilidade deve-se ao papel central que Cabo Verde desempenhou no comércio transatlântico de escravos e como posto de reabastecimento na fase inicial do transporte de longo-curso, começando pelo marítimo e, depois, o aéreo. Os desafios, entretanto, incluem a necessidade de grandes investimentos para construir um porto de águas profundas e garantir um parceiro comercial para viabilizar o negócio de transbordo. Isto torna incompreensível a rescisão do contrato de concessão que estava para ser assinado com um parceiro estratégico que se comprometeu a iniciar as atividades de transbordo em Cabo Verde. O progresso será rápido. A nossa aposta é facilitar a concessão dos principais portos e garantir que o negócio de transbordo seja iniciado rapidamente em Cabo Verde, utilizando os portos existentes.

#### 7.4.3. Desenvolver novas atividades económicas ligadas ao Mar

O mar é o principal património de Cabo Verde. É crucial que nós, enquanto país, aproveitemos as oportunidades oferecidas pelo mar. É crucial diversificar e fazer a nossa economia crescer. A ideia de construir a economia azul em Cabo Verde, que tenha em linha de conta os princípios do Crescimento Azul, é criar riqueza a longo-prazo e garantir a sustentabilidade da economia. A nossa aposta, portanto, é iniciar o processo de desenvolvimento de novas atividades económicas em torno do mar, incluindo a agricultura marinha, a energia do mar, a mineração e a pesquisa de recursos e os desportos náuticos. As nossas intervenções incluirão:

- Formular uma estratégia e um plano de energia do mar;
- Pôr em prática a estrutura institucional; e
- Construir parcerias público-privadas para impulsionar investimentos que desenvolvam essas atividades económicas.



Entre outras ações a serem realizadas, incluem-se:

**Agricultura marinha.** O nosso plano é incentivar a aquacultura/agricultura marinha como forma de complementar a pesca extrativa, apostar em espécies com elevado potencial de mercado e diminuir a pressão sobre os recursos haliêuticos silvestres.

**Mineração e pesquisa marítima.** Planeamos desenvolver um programa de mineração e pesquisa marítima para descobrir recursos e suas aplicações, especialmente nos campos farmacêutico e médico. O Instituto Oceanográfico do Mindelo desempenhará um papel importante e será ativamente envolvido. Procuraremos, também, outros parceiros internacionais para sediar as suas atividades de investigação e desenvolvimento ligadas ao mar aqui, em Cabo Verde. Facultaremos os necessários incentivos e apoio institucional.

**Energia do mar.** O aproveitamento do mar para a produção de energia é uma área promissora de investigação e desenvolvimento. Houve um projeto de teste, durante o último governo liderado pelo PAICV, de energia das ondas, realizado no Mindelo. É necessário que o mundo se afaste dos combustíveis fósseis e Cabo Verde pode ser líder, através de parcerias com outros países, empresas de tecnologia e investidores, para desenvolver e testar novas fontes de energia, como a das ondas.

**Desportos Náuticos.** O mar poderá também fazer parte do esforço de construção de um novo turismo em Cabo Verde, com novas ofertas de produtos. É necessário desenvolver os desportos náuticos em Cabo Verde e aproveitar a realização de campeonatos de surf para começar também a participar noutras áreas, como corridas de iates e competições de vela.

## **8. A NOSSA AGENDA PARA A LEGISLATURA 2021-2026: ENFRENTANDO AS QUESTÕES TRANSVERSAIS**

São várias as questões transversais e importantes para a concretização da Agenda “Um Cabo Verde para Todos”, incluindo a elevação da qualidade e do padrão de vida de todos. Entre elas, estão a igualdade de género, o investimento e a capacitação dos nossos jovens, melhorar a gestão territorial a nível nacional e municipal, a promoção do desporto, a proteção do meio ambiente, a garantia da independência da comunicação social e o reforço da democracia, o aumento da nossa capacidade de financiar o nosso próprio desenvolvimento, a promoção a nação global, a promoção do investimento da diáspora, a promoção da diplomacia económica e lidar com a COVID-19.



## 8.1 Promover a igualdade de género

Não podemos concretizar a nossa visão de futuro e garantir um Cabo Verde para todos sem estarmos ativamente empenhados na promoção da igualdade e equidade de género. O empoderamento das mulheres em todos os setores é um pré-requisito para a transformação socioeconómica que almejamos como nação. As mulheres representam uma parte significativa da população e dos bens do nosso país. Devemos trabalhar ativamente em prol da paridade em todos os aspetos da sociedade, incluindo a política, a economia, o desporto, etc. A violência contra as mulheres deve ser coisa do passado. O nosso compromisso é implementar plenamente a lei da violência contra as mulheres e garantir que os infratores sejam processados nos termos da lei, ao mesmo tempo que prestamos apoio às vítimas.

## 8.2 Apoiar o desenvolvimento dos Jovens

O presente e o futuro de Cabo Verde dependem da nossa juventude. O nosso sucesso será medido pelo nosso investimento na formação dos jovens cabo-verdianos, para assegurar que tenham as competências necessárias para o futuro e estejam envolvidos nos processos de desenvolvimento nacional. O nosso plano é renovar o desenvolvimento da juventude em áreas críticas:

- Habilidades e formação de competências;
- Concessão de subsídios para empresas detidas por jovens;
- Apoio para empresas detidas por jovens;
- Criação de empregos.

O nosso objetivo é garantir que os jovens tenham representação e sejam os principais atores e impulsionadores dos esforços de desenvolvimento nacional. A nossa primeira tarefa será renovar o Instituto da Juventude em torno das funções e objetivos descritos acima. Investiremos na construção de habilidades e competências, e na juventude, para criar e desenvolver empresas. O apoio incluirá um programa de subsídios para empresas detidas por jovens, um programa de apoio especial para facultar apoio em aconselhamento e orientação e planos de financiamento especiais.

Estamos também cientes do facto de que os jovens são afetados de forma significativa pelo desemprego, que é estrutural em Cabo Verde. Investiremos na criação de empregos. As nossas ações e todas as decisões do governo serão avaliadas com base nos empregos que ajudam a criar. Estaremos atentos a este desafio e utilizaremos todos os meios necessários para garantir que a criação de empregos seja a prioridade principal de qualquer governo liderado pelo PAICV.

## 8.3 Melhorar a gestão territorial a nível nacional e municipal

O processo acelerado de urbanização e de mobilidade inter-ilhas, associado à falta de estratégias e ausência de controlo do desenvolvimento de ocupação do território, tem conduzido ao desperdício de recursos ambientais e financeiros. O Estado tem o dever de promover políticas ativas de ordenamento de território e de urbanismo, de acordo com o interesse público e no respeito pelos direitos, liberdades e garantias dos cidadãos. Assim, entre outras medidas de política:

- A nível do ordenamento do território, iremos reforçar a competência dos municípios para a implementações e seguimento dos planos urbanísticos e centralizar todos os instrumentos de gestão territorial a nível nacional, que seja de fácil consulta, para a informação das pessoas;
- A nível do cadastro predial iremos completar o processo de implementação do cadastro a todo o território nacional, consolidar o cadastro nas ilhas já cadastradas e simplificar os procedimentos, incluindo a implementação de um sistema de pagamento, a possibilidade de fazer pedidos e transações on-line, a total integração de sistemas, e a reforma e simplificação da plataforma tecnológica.

- A nível do sistema cartográfico nacional e do sistema geodésico, iremos implementar uma plataforma informática de acesso e disponibilização dos dados das redes geodésicas e garantir a reorganização e funcionamento de uma verdadeira infraestrutura de Dados espaciais disponíveis a todos e com clara definição de responsabilidade de demais na infraestrutura.

Nessa linha, é preciso retomar e reorganizar a Política de Habitação, tendo por base uma Política Nacional de Gestão de Solos.

Cabo verde precisa de uma gestão de solos feita com transparência. O solo é um importante recurso público e, como tal, a sua gestão deve ser pautada por critérios claros e objetivos, visando, sobretudo, o aproveitamento estratégico das potencialidades do País, para servir o interesse público e promover o bem comum.

É evidente que a ausência de planeamento e de políticas urbanas afecta, sobretudo, as famílias mais vulneráveis, lançando-as para as periferias e para as zonas de maior risco de catástrofe, nas encostas das cidades e nas ribeiras, dando lugar aos chamados “Bairros Clandestinos”.

E isso tem colocado milhares de Famílias cabo-verdianas em situação de extrema vulnerabilidade.

Depois do trabalho feito e dos instrumentos criados, na Governação anterior, suportada pelo PAICV, o País precisa de traduzir territorialmente as opções estratégicas de desenvolvimento económico e social.

A Visão deve ser holística, colocando o país e as pessoas no centro.

Há que garantir a transferência de terrenos para os Municípios, estruturar programas de habitação, promover o surgimento de novas centralidades, apostar na requalificação de localidades (em todas as suas dimensões) e garantir serviços sociais básicos a pessoas que, de outra forma, não teriam esses bens.

Por isso, nos propomos avançar com:

- **Uma Política Nacional de Ordenamento do Território**, devidamente estruturada. Com uma visão e objetivos claros, visando o melhor aproveitamento das potencialidades e recursos de Cabo Verde., e a inserção competitiva de cada uma das ilhas, na dinâmica nacional de crescimento e desenvolvimento;
- **Uma Lei de Responsabilidade Territorial**, visando a gestão rigorosa e transparente de solos, que são recursos estratégicos para um pequeno país Insular como Cabo Verde;
- **A adoção de um Programa Alargado de Disponibilização de Lotes de Terreno**, para construção, a Jovens e a famílias carenciadas;
- **A adoção de um Plano de Ordenamento do Território Marinho**, bem como Planos Detalhados de Gestão das Orlas Marítimas.

## 8.4 Construir uma Nação desportiva

O desporto é um campo fundamental de intervenção para os governos alcançarem todo o potencial da atividade física para o desenvolvimento pessoal e social, económico e ambiental. Esse tipo de reconhecimento oferece um incentivo convincente e uma oportunidade imperdível para esforços e ações conjuntos no campo do desporto para o desenvolvimento e a paz. Portanto, com essa aspiração de não excluir ninguém e maximizar a contribuição do desporto para um mundo melhor e pacífico, o desporto pode realmente contribuir de uma maneira muito importante para alcançar os ODS.

Portanto, a nossa aposta centra-se em:

- Adaptar as instituições desportivas às exigências e necessidades atuais do desporto nacional e mundial, com gestão focalizada na autossustentabilidade, autonomia e independência;
- Redefinir as missões de serviço público;
- Partilhar competências e recursos da Administração Pública Central e Regional para o Poder Local e para o movimento associativo desportivo;
- Reforçar a função social do desporto;
- Assumir claramente as funções de regulação, fiscalização, apoio técnico (especialmente na formação), comparticipação financeira e acompanhamento.

Enquanto partido político, temos as mais altas aspirações para a juventude e para o desporto em Cabo Verde. Especificamente para o desenvolvimento do desporto, centrar-nos-emos no seguinte:

- Uma vida desportiva para todos;
- Aumento da participação da juventude – Desporto na Escola;
- Desporto para toda a vida – Desporto na Comunidade;
- Desenvolvimento de talentos – Excelência Desportiva;
- Parcerias profissionais com o desporto – Modernização;
- Fomento do Desporto Escolar.

Isso implica uma atenção muito particular à dimensão educativa e social do Desporto, levando as práticas desportivas aos Bairros, e compatibilizando o desporto escolar (secundário e universitário), com o desporto federado, e procurando a otimização de meios e espaços desportivos.

Mas, não será menos importante, para nós, a dimensão económica do Desporto, mediante a qual se apostará fortemente na valorização de eventos desportivos e na criação de condições para o surgimento do mercado do turismo desportivo (nas vertentes práticas desportivas, espetáculo desportivo e práticas sociais desportivas).

Por fim, um dos principais desafios ao desenvolvimento do desporto em Cabo Verde é o financiamento. Isso dificulta a construção da infraestrutura desportiva necessária, que facilita a competição em eventos internacionais e, em geral, limita o desenvolvimento e o crescimento dos atletas profissionais, pois o financiamento é escasso. Como nação, devemos investir no desporto, dado o potencial de retorno e impacto no desenvolvimento. Iremos, portanto, criar um mecanismo de financiamento para o desenvolvimento do desporto em Cabo Verde. O plano é criar um fundo que seja alimentado através de uma pequena taxa nacional e de contribuições do orçamento do Estado, incluindo empresas que cumpram a sua responsabilidade social. Incentivos fiscais serão dados para contribuintes públicos do Fundo e serão feitos reconhecimentos nacionais.

Por isso mesmo, é importante se avançar com a Reforma do Sistema Desportivo que permita, de entre outros, clarificar:

- a). O papel regulador e catalisador do sistema;
- b). As ações visando convergências;
- c). As medidas de modernização da organização e gestão do sistema;
- d). As medidas de aperfeiçoamento do apoio ao desporto, nomeadamente o seguro desportivo e o regime fiscal para os atletas;
- e). As medidas de aperfeiçoamento das relações entre as federações e associações.

## **8.5 Proteger o nosso meio ambiente**

As alterações climáticas são um desafio fundamental que o mundo enfrenta e Cabo Verde, como um pequeno estado insular, já está a sentir os efeitos dessas alterações. Estamos, agora, a enfrentar uma seca prolongada e eventos ambientais severos. Agiremos! As nossas ações incluirão assumir a liderança entre os pequenos Estados insulares em desenvolvimento (SIDS), para promover uma mudança global de atitude e de políticas. Também pressionaremos por um reconhecimento da situação especial dos SIDS e do mecanismo de compensação global.

Também garantimos reduzir os danos que causamos ao meio ambiente e promoveremos a regeneração ambiental. Uma das ações, conforme indicado anteriormente, será o nosso esforço para mudar totalmente a produção de energia para fontes renováveis, no prazo de uma década. Cabo Verde é líder em ações do meio ambiente desde a sua independência. Investimos na plantação de árvores na década de 1970. Reintroduziremos a plantação de árvores com o objetivo de plantar cerca de um milhão de árvores durante a legislatura. Desenvolveremos um programa de plantação de árvores que tente envolver todos os cidadãos. Criaremos, também, um corpo ambiental jovem, para trabalhar na proteção ambiental. Este corpo de voluntários ajudará o país em atividades de limpeza, de regeneração e de salvamento de espécies endémicas, e na plantação organizada de árvores.

## 8.6 Garantir a Independência da Comunicação Social e reforçar a Democracia

A comunicação social cabo-verdiana é um dos pilares fundamentais da democracia e entendemos que só será possível qualificar a nossa democracia e participação cidadã, se reforçamos os mecanismos para o funcionamento de uma comunicação social forte, independente e de qualidade, capaz de responder aos novos desafios que a sociedade cabo-verdiana exige.

Neste sentido, entendemos que reforçar os meios de comunicação, quer públicos, quer privados, é um imperativo do Estado de Cabo Verde, enquanto um dos pilares da democracia e do Estado de Direito Democrático.

### **Comunicação social pública**

Garantir a independência e autonomia dos órgãos públicos de informação, ao mesmo tempo que se reforça a sua capacidade de atuação, com os recursos necessários para responder às exigências de um serviço Público de qualidade, é o propósito.

Relativamente à RTC e à Agência de Notícias Inforpress, entendemos ser necessário um novo modelo de financiamento do serviço público, substancial e previsível. A Modernização Tecnológica da RTC é um imperativo para melhorar a qualidade do serviço prestado, mas também para obter os recursos necessários, através a monetização dos seus conteúdos e para disponibilizar os seus serviços no mundo inteiro, particularmente à nossa Diáspora.

Neste sentido, nos propomos rever o contrato de serviço público com a RTC.

O Governo aprovará, também, mecanismos que permitam a formação/especialização dos jornalistas e a sua capacitação para o reforço do jornalismo investigativo

Em termos de governança da Rádio e Televisão públicas, é necessário, em concertação com todas as partes interessadas, nomeadamente os profissionais do setor, adotar um quadro administrativo e jurídico que:

- Assegure a sua autonomia e independência de facto e de jure e retire a questão da filiação partidária como um dos requisitos para aceder a posições de responsabilidade;
- Revisite o Estatuto dos Jornalistas para rever, entre outras, a questão das incompatibilidades;
- Regule a Carteira profissional, na perspectiva de colmatar as lacunas existentes e garantir que a Comissão tenha poder efetivo de fiscalização.

## **Imprensa privada**

A imprensa privada em Cabo Verde tem enfrentado momentos difíceis, fruto, por um lado, das condições endógenas do País, de um mercado publicitário pequeno e em quebra ao longo de vários anos, em linha com a tendência internacional e de, nos últimos cinco anos, uma redução do investimento do governo nos órgãos.

Estes fatores têm provocado a morte prematura de alguns órgãos privados de comunicação social, enquanto outros reduziram a sua capacidade de cobertura a nível nacional. Para mudar este estado de coisas, entendemos que a Imprensa Privada em Cabo Verde deve sentir que o Estado é um parceiro forte, na garantia de sobrevivência e crescimento do sector.

Neste quadro, propomos:

- A criação de um mecanismo de compra de publicidade institucional de forma equitativa, garantindo distribuição equilibrada, entre todos os órgãos;
- Um programa de subscrição de assinaturas de jornais para instituições do Estado (como escolas e bibliotecas), como forma de garantir maior renda às empresas, ao mesmo tempo que se garante o aumento da literacia mediática de professores, alunos e da sociedade;
- A regulamentação mais estrita da exploração do mercado publicitário por parte do operador público, evitando a concorrência desleal;
- A criação de programas permanentes de literacia mediática, com celebração de contratos-programa com os órgãos de comunicação social.

## **8.7 Assegurar o financiamento do desenvolvimento**

Num contexto de extrema incerteza na pós-pandemia, o desafio será de identificar soluções que permitam progressivamente aumentar o espaço orçamental/fiscal, visando a mobilização de recursos necessários para a implementação da estratégia de recuperação e transformação da economia cabo-verdiana, num cenário de dívida pública extremamente elevada. Em termos absolutos, apesar da retórica do Governo, a dívida pública continua a crescer, principalmente a componente interna. De 2015 a 2019, o stock da dívida cresceu 21%, sendo que a dívida externa aumentou em 15% e a dívida interna 33%. A diminuição da dívida pública passa, essencialmente, pela aceleração do crescimento e pela consolidação das finanças públicas, gerando espaço orçamental necessário para enfrentar as pressões futuras.

### **Do lado das receitas:**

- Reforma do quadro jurídico do IUP (Imposto Único sobre o Património sobre o Património), no sentido de melhorar a sua eficácia e o nível de equidade e justiça, reduzir a taxa do IUP anual e alargar a sua base de incidência;
- Redução da Taxa do IVA (Imposto sobre o valor Acrescentado), de forma transversal, para dinamizar a economia;



- Redução do IRPC (Imposto sobre os Rendimentos das Pessoas Colectivas) para 20% (até o final da Legislatura);
- Reforma do setor empresarial do Estado, permitindo a separação das atividades comerciais e não comerciais nas suas contas;
- Reforço da capacidade de acionista das empresas públicas, garantindo o cumprimento das metas de desempenho fixadas nos contratos de gestão e o cumprimento de metas anuais em termos de dividendos;
- Revisão do programa de privatização das empresas públicas e reforço do quadro regulatório nos mercados monopolistas;
- Canalização dos recursos obtidos com a privatização de empresas públicas para financiar investimentos em setores prioritários que incentivam a diversificação da economia no médio/longo-prazo;
- Reforma do Código Aduaneiro, tendo em vista a modernização, a simplificação e a melhoria de todo o processo de desembaraço aduaneiro;
- Reforma do Código de Imposto Especial de Consumo, com foco na protecção à saúde e ao meio ambiente.

Pretendemos, ainda e neste momento difícil que as Famílias enfrentam, particularmente as mais vulneráveis, avançar com um conjunto de medidas específicas, com o claro propósito de ampará-las, nomeadamente:

A equiparação do SMN (Salário Mínimo Nacional) para 15 mil escudos, logo que haja retoma da economia;

- O aumento da pensão social mínima para 7.500\$00;
- Ajustar os pressupostos da Tarifa Social, de água e Energia, alargando o número de beneficiários;
- Isenção da Taxa Moderadora na Saúde, às Famílias vulneráveis, enquadradas no cadastro Social Único.

#### **Do lado das despesas:**

- Racionalização das estruturas do Estado e da administração pública
- Otimização do parque de veículos do Estado:
  - Restrição na compra de viaturas do Estado;
  - Revisão do regime de utilização das viaturas do Estado;
  - Criação de subsídios para a utilização da viatura própria do pessoal dirigente;
  - Incentivos para a compra de viatura própria para o pessoal dirigente (i.e., isenção de direitos de importação).
- Criação de um programa para financiar a instalação de fontes de energia renováveis nos edifícios públicos;

- Reforma do sistema nacional de investimentos, de modo a introduzir critérios que consideram o impacto das mudanças climáticas e promovem investimentos verdes/azuis e reforço da capacidade de seguimento e avaliação;
- Alocação de recursos para desenvolvimento de projetos numa lógica de Project Preparation Facility;
- Eliminação/redução de subsídios ao setor empresarial do Estado.

#### **Do lado do financiamento:**

- Mobilização de recursos dos fundos climáticos;
- Reconversão de parte da dívida externa e dívida interna (debt swap) em compromissos para a implementação das Contribuições Nacionalmente Determinadas no quadro do Acordo de Paris. Estes compromissos deverão permitir a implementação do plano nacional de investimentos para mitigação e do plano nacional de investimentos para a adaptação;
- Manutenção da mobilização de recursos de fontes bilaterais e multilaterais para apoiar investimentos que visam a transformação e diversificação da economia;
- Mobilização do setor privado nacional e estrangeiro (IDE) em setores prioritários como energia, água, transporte, agronegócios, economia marítima, indústrias ligeiras, através de parcerias público-privadas.

### **8.8 Promover a diplomacia económica como o núcleo das nossas relações externas**

Ao longo da IX Legislatura, temos assistido a uma diplomacia vazia de visão estratégica e a uma perversão da pedra angular do património diplomático de Cabo Verde, que sempre optou pela neutralidade e pela parceria com todos para resolver os desafios fundamentais que a nossa nação enfrenta. Isto vai custar-nos muito no futuro, a menos que a mudança se processe rapidamente. O nosso objetivo é de recentrar a nossa política externa, reestabelecendo o fio condutor que, no essencial, ficou definido desde a primeira República e que beneficiou de amplo respaldo político e social. O nosso objetivo é regressar a uma política externa nacional baseada na coerência, no pragmatismo e na utilidade da nossa diplomacia, com ênfase na defesa dos interesses supremos de Cabo Verde.

Tendo em conta os imperativos do desenvolvimento futuro de Cabo Verde, é fundamental diversificar as ancoragens, consubstanciadas nos mecanismos da diplomacia económica, que nos permitam rapidamente construir uma economia nacional competitiva e vibrante, baseada na inovação e dinamismo.

Um aspeto fundamental para assegurar a realização da agenda económica deve ser o nosso trunfo diplomático. Cabo Verde tinha construído, historicamente, uma pequena, mas formidável máquina diplomática, que desempenhou papéis críticos, tanto na mobilização de recursos para o desenvolvimento nacional, como na contribuição para a resolução de grandes questões africanas e internacionais. O nosso plano é reconstruir e resgatar este ativo, e reestruturar o ambiente institucional para a promoção do investimento e gestão económica nacional. Precisamos garantir que as Instituições trabalham em estreita colaboração. E o país precisa de uma estratégia para atrair investimentos.

O nosso plano para o futuro é assegurar que temos uma estratégia robusta. Isto incluirá a reorientação dos nossos meios diplomáticos, a colocação da diplomacia económica no centro das nossas atividades diplomáticas, bem como o reforço da capacidade das nossas embaixadas e consulados, e a reestruturação do panorama institucional, de modo a assegurar que o nosso enfoque se centre na facilitação do acesso ao mercado, na atracção do Investimento Direto Estrangeiro (IDE), e na promoção do comércio transfronteiriço (especialmente nos serviços) à luz do acordo da Área de Comércio Livre Continental Africana (AfCTA). Ligada a esta ideia está uma política de imigração renovada, mais orientada para atrair investidores, empresários e mão-de-obra qualificada para se deslocalizarem, fazerem negócios e viverem em Cabo Verde.

Temos de levar a cabo o objetivo de construir Cabo Verde como o centro de serviços de alto valor onde as empresas offshore se possam localizar para servir o mundo. As áreas críticas poderiam incluir gestão de fundos, sociedades holding, sedes regionais operacionais, seguros cativos, empresas de segurança estrangeiras, registo e gestão de navios, serviços financeiros e consultoria, transporte marítimo, financiamento e leasing de aeronaves, bem como comércio. Para além dos serviços, Cabo Verde pode acolher empresas produtoras de produtos para mercados específicos, dado o seu acesso preferencial ao mercado, através da AfCTA, CEDEAO, EUA (AGOA), e a sua relação especial com a União Europeia e a CPLP. Como parte destes esforços, devemos esforçar-nos, continuamente, para melhorar o ambiente empresarial, através de reformas e da construção de um ambiente institucional que seja recetivo ao trabalho com investidores e parceiros.

## **8.9 Promover e valorizar a Nação Global**

A nossa diáspora, desde os primeiros tempos, tem sido a chave para a sobrevivência do nosso povo e tem desempenhado, desde a independência, um papel de grande importância na construção da moderna nação cabo-verdiana. A nossa comunidade emigrada é a parte integrante da nação cabo-verdiana. É fundamental assegurar a sua contribuição na vida política, económica, social e cultural do país, ressaltando o seu potencial, como fonte de recursos humanos qualificados e de melhoria da capacidade tecnológica e empreendedora de Cabo Verde. Daí, o papel das comunidades não dever ser encarado como uma questão subalterna, quando se pense numa governação para todos.

Os emigrantes cabo-verdianos são os melhores embaixadores de Cabo Verde, pelo que valorizando essa diáspora está-se, automaticamente, a valorizar Cabo Verde. Por isso, os emigrantes cabo-verdianos necessitam de reconhecimento. As comunidades precisam de ser, verdadeiramente, apreendidas, em toda a sua diversidade e especificidade, num Cabo Verde para todos.

É um imperativo integrar, ainda mais, a nossa diáspora e os descendentes na Nação. Para tanto, será necessário promover os recursos transnacionais, modernizar a ligação

entre as instituições Cabo-Verdianas e a Diáspora, investir no intercâmbio econômico, social, educativo, cultural e político, bem como, em permanência, vincar a importância e amplificar o papel das nossas comunidades no mundo.

São estes, em suma, os vetores que assumiremos no que toca à relação com as comunidades.

O nosso compromisso é desenvolver incentivos para promover as remessas de conhecimentos e não simplesmente financeiros. Estes exigirão reformas legais, esforços para incluir a diáspora na governação do País, e reforço do pacote de incentivos para atrair a nossa diáspora, sobretudo os altamente qualificados, para desempenhar papéis críticos na administração, no sector privado, na educação e, especialmente, na construção das empresas inovadoras em Cabo Verde.

O nosso compromisso é também prestar serviços consulares e outros serviços à comunidade da diáspora. Um aspeto chave será fornecido através dos nossos esforços e planos para lançar a governação digital, de modo a que, dentro de uma década, todos os serviços administrativos estejam disponíveis para todos, em qualquer lugar e a qualquer hora. O nosso compromisso é aproximar o Estado e os Cidadãos, independentemente de este se encontrar dentro de Cabo Verde ou fora. Além disso, para aqueles que possam precisar, asseguraremos que as nossas embaixadas e consulados sejam mais pró-ativos, eficientes e eficazes no serviço à comunidade da diáspora.

Neste sentido, para a consagração efetiva do emigrante num agente e parceiro estratégico do desenvolvimento de Cabo Verde, reforçaremos os seguintes eixos:

- A solidariedade para com as comunidades, particularmente àquelas mais carenciadas;
- O exercício da cidadania e participação cívica/política do emigrante, que passa pela reflexão sobre a possibilidade do seu voto nas autarquias;
- A cultura, as artes e memória junto das nossas comunidades;
- A rede associativa e o intercâmbio.

Para melhor promover e, conseqüentemente, otimizar a participação transversal das comunidades emigradas, torna-se imperioso a criação de condições elementares para a gestão da diáspora/comunidades. Assim sendo, assumiremos a criação e dinamização das seguintes medidas:

- **O Conselho das Comunidades** - constituído por emigrantes cabo-verdianos no mundo, para garantir a sua participação na definição das medidas que considerem como sendo prioritárias para suas vidas quotidianas;
- **O Observatório das Migrações** - que permita um melhor conhecimento da diáspora e a elaboração de medidas de políticas públicas com base em dados recolhidos;
- **A mobilização dos Quadros** (capital humano e capital social) - em prol do desenvolvimento de Cabo Verde;

- **O Reforço dos laços dos descendentes com Cabo Verde** - através de programas concretos de fomento de intercâmbios diversos, a nível cultural, turístico, científico, desportivo, de entre outros;
- **A Celeridade na Desalfandegação de Mercadorias** - com a introdução de possibilidade de previsibilidade em relação aos custos ainda antes do emigrante sair do país de acolhimento.

### **8.10 Encorajar mais investimentos da Diáspora**

A nação global de Cabo Verde é um enorme recurso de desenvolvimento. Desde 1975, a diáspora tem contribuído para o desenvolvimento nacional. Os bens e o dinheiro que os emigrantes enviam têm apoiado famílias, estimulado a atividade económica local, contribuído para a procura agregada e o crescimento, bem como para proporcionar liquidez ao sector bancário comercial e de crédito. A diáspora está a contribuir para o crescimento e a redução da pobreza muito para além das simples remessas monetárias. Apesar das muitas dificuldades encontradas - de transportes, nas alfândegas complicadas e nos procedimentos burocráticos, no clima empresarial - os emigrantes têm estado a investir. Os emigrantes tornaram-se uma importante fonte de investimento estrangeiro.

Atualmente, os emigrantes têm mais de 600 milhões de dólares americanos ou 64 mil milhões de escudos, depositados em bancos nacionais. Os emigrantes estão a investir e a iniciar negócios em quase todos os sectores da economia. Ao mesmo tempo, não devemos ignorar os efeitos multiplicadores significativos da forma mais comum e visível de investimentos emigrantes - construção de casas e aquisição imobiliária. Estas muitas formas de investimento dos emigrantes são críticas para a atividade económica local e para a criação de empregos. O investimento emigrante também impulsiona a procura agregada e impulsiona o crescimento do PIB. Devemos encorajá-los e facilitar mais estes investimentos (especialmente nos próximos anos pós-pandemia global, quando outras formas de IDE forem fracas). Introduziremos uma série de incentivos e iniciativas que se aplicarão a todos os emigrantes, quer tenham ou não a intenção de regressar definitivamente a Cabo Verde. Como tal, propomos:

- Em consulta com o Banco de Cabo Verde, estudar mecanismos e opções fiscais para aumentar as taxas de juro das contas especiais de depósitos de emigrantes no sistema bancário nacional;
- Introduzir procedimentos acelerados, na administração pública nacional e municipal, para todas as autorizações e licenças que envolvam investimentos de emigrantes;
- Introduzir incentivos na importação de material de construção para habitação; e
- Implementar medidas a longo prazo (semelhantes ao sector do turismo) para incentivar os investimentos dos emigrantes e as joint-ventures em empresas de transformação e produção para exportação, podendo visar produtos agro-nicho.

## 9. LIDAR COM A COVID-19

A COVID-19 trouxe à luz do dia as profundas desigualdades enraizadas que muitas sociedades enfrentam e, também para Cabo Verde, realçou o risco de dependência excessiva do sector do turismo.

Para que a luta contra COVID-19 seja eficaz ela precisa ser focalizada na sociedade, em todos os elementos essenciais, fora e dentro do sistema de saúde. Nessa ótica, é fundamental o envolvimento das comunidades, espontâneas ou organizadas, das Organizações da Sociedade Civil (OSC) e de serviços de assento municipal, na promoção e implementação de medidas de vigilância sanitária e epidemiológica, de deteção e isolamento precoces, para estarmos preparados para os inesperados das epidemias, na base da estratégia “testar, diagnosticar, isolar, tratar e seguir”, para uma resposta imediata e próxima das populações, para alavancar a desaceleração da dinâmica de transmissão.

Para tal é fundamental:

- Considerar uma integração institucional entre todos os setores sociais e económicos, privados e públicos, para suportar um desenvolvimento geral e sanitário efetivamente sustentável, a favor do bem-estar das pessoas;
- Fortalecer o SNS para melhorar a resposta atempada, promocional, preventiva e de tratamento precoce das situações crónicas e degenerativas, sobretudo aquelas às quais é imputada, habitualmente, a maioria das causas colaterais das mortes por COVID-19;
- Fazer da saúde das pessoas um desígnio nacional, implantado em todas as políticas, essencial para o desenvolvimento geral da Nação, e estar mais atentos ao caos que uma doença, a COVID-19, provocou;
- Promover e incentivar o desenvolvimento de investigações e estudos, para alargar o conhecimento do curso da epidemia e encontrar soluções locais para os problemas locais.

As vacinas são o nosso recurso mais promissor, de momento, para travar a epidemia e tudo o que gira à sua volta é um assunto que merece toda a atenção, serenidade e honestidade, e ser objeto de uma ambição maior, procurando a todo o custo livrar-nos desse flagelo e das consequências temíveis para todos os cabo-verdianos e residentes.

Perspetivar alcançar 60% da população vacinada apenas em 2023, como foi publicado no Boletim Oficial, pelo atual governo, é não cuidar do bem precioso da população cabo-verdiana, não importa quais sejam os argumentos defendidos. Os governos são eleitos para resolverem os problemas e não para os escamotear.

O novo desafio, agora, é assegurar o rápido acesso a vacinas, para combater o impacto primário e secundário sustentado e corrosivo da COVID-19. O nosso objetivo será de vacinar 70% da população até Outubro deste ano (2021). Embora tenham sido atribuídas algumas vacinas a Cabo Verde, é extremamente inferior ao que é necessário para asse-

gurar a imunidade de grupo. Em vez de nos concentrarmos em saber se Cabo Verde é o primeiro ou o último a obter algumas vacinas, o enfoque deveria ser, como foi o caso nas Ilhas Seychelles e Maurícias, de colocar em Cabo Verde, o mais rapidamente possível, as vacinas que precisamos para assegurar a imunidade de grupo.

O futuro depende enormemente do que cada cidadão for capaz de fazer e manter para a sua proteção e dos seus concidadãos. Daí a necessidade de se criar e preservar o sentido comunitário na luta contra o vírus. A COVID-19 é uma situação de cariz iminentemente de saúde pública, que exige uma abordagem forte nesse campo, e que promova, paralela e concomitantemente à intervenção curativa, a assistência hospitalar e o tratamento das pessoas que adoecerem.

A finalidade principal de uma estratégia de comunicação é o envolvimento consciente de cada indivíduo na defesa da sua saúde e, por adição, da saúde de toda a comunidade. Os pressupostos são mais específicos do que se tratando de outros eventos epidémicos com um vetor. No caso presente, a fala é dirigida a cada potencial caso e é ele o primeiro vigilante e, provavelmente, a vítima.

Ora, a estratégia de comunicação seguida está, no nosso entender, demasiado centrada e estilizada nos Serviços de Saúde centrais, nos manuais estereotipados e na utilização dos media, sem um direcionamento exato, e forçada mais numa abordagem clínica da doença e menos numa abordagem de saúde pública da COVID-19, e não no equilíbrio entre essas duas complementarmente.

O objetivo de uma estratégia de comunicação é aumentar a responsabilização/empoderamento dos indivíduos nas comunidades, é mobilizar o envolvimento das OSC (da juventude, das mulheres, das associações de toda a espécie, das igrejas...) e dos Partidos Políticos que possam fazer chegar 'a mensagem' aos corações e às consciências das pessoas/famílias, sobretudo para a retoma da confiança na luta contra a COVID-19. É facilitar a concertação entre os parceiros mais evidentes, para uma ação conjunta e simultânea, em todas as frentes. É importante obter vacinas e, simultaneamente, garantir que a população está pronta para ser vacinada. Por conseguinte, vamos assegurar que aceleramos o processo de envolvimento do público e que criamos confiança na vacinação.

Cabo Verde Pós-COVID exige um novo olhar para reconstruir a economia. O que o COVID-19 demonstrou é o facto de a nossa economia enfrentar um risco sistémico, devido à dependência excessiva de um sector.

Por conseguinte, é fundamental que nós, como Nação, intervenhamos de uma forma que acelere a transformação estrutural da nossa economia. A longo prazo, construir uma economia diversificada, impulsionada pela inovação e por elevados níveis de produtividade.

Este é o cerne do nosso Projecto: **Transformação sócio-económica construída sobre a inovação.**

A curto prazo, iremos lançar uma grande consulta nacional para obter contribuições de todos, nomeadamente o setor privado, os sindicatos, as organizações da Sociedade civil e colocar todo o nosso aparelho diplomático e as personalidades nacionais e amigos estrangeiros, para mobilizar o financiamento interno e externo de que precisamos, para enfrentar a crise socioeconómica onde nos encontramos.

**VAMOS CONSTRUIR UM CABO VERDE PARA TODOS!**









★  
**UM CABO VERDE  
PARA TODOS**

*Janira Hopffer Almada*

